

**AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**

**Relatório do auditor independente**

**Demonstrações Contábeis Regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

**AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**

**Demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

**Conteúdo**

**Relatório da Administração regulatório 2019**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

**Balancos regulatórios**

**Demonstrações do resultado regulatório**

**Demonstrações do resultado abrangente regulatório**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatórias**

**Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórias**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
Niterói - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **Ampla Energia e Serviços S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Ampla Energia e Serviços S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à **Ampla Energia e Serviços S.A.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3, às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a **Ampla Energia e Serviços S.A.** a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis regulatórias. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

<b>Reconhecimento de receita</b>	<b>Resposta da auditoria ao assunto de Reconhecimento de receita</b>
<p>A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de venda de energia elétrica, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os riscos observados referem-se:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou lançamento por erro ou fraude;</li><li>▪ Lançamento da fatura se dê por valores maiores do que o efetivamente estabelecido na tabela de preço vigente à época;</li><li>▪ Estimativa utilizada para o reconhecimento dos valores de eletricidade fornecidos aos consumidores entre a data da última leitura do medidor e o final do ano (“fornecimento não faturado”).</li></ul>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram a conferência em detalhe dos critérios de reconhecimento de receitas que suportam o registro das faturas ao longo do exercício e confirmamos que estão consistentes de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio da Resolução Normativa n°605, de 11 de março de 2014; efetuamos testes detalhados, com base em amostragem estatística, que compreendeu seleção dos lançamentos contábeis registrados no faturamento, examinando faturas de energia e os respectivos pagamentos; efetuamos teste global de receita de venda de energia elétrica; confrontamos com a tabela vigente aplicável ao ciclo tarifário e para a receita estimada (“fornecimento não faturado”) realizamos procedimentos analíticos utilizando dados reais para nos permitir definir as expectativas quanto ao nível estimado de receita comparando isso com a estimativa da Companhia. Nós também avaliamos os pressupostos da Companhia relativos ao volume e preço utilizado na determinação do nível de receita estimada e a sua adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.</p> <p>Baseados nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.</p>

#### **Avaliação de *impairment* de ativo imobilizado e intangível**

---

A Companhia possui registrado ativo imobilizado, intangível os montantes de R\$ 7.468.989 e R\$ 327.079 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de *impairment* desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis da Companhia tomadas em conjunto.

#### **Reconhecimento de benefícios pós emprego**

---

A Companhia possui benefícios pós-emprego no qual a obrigação é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados. Em virtude da complexidade e subjetividade na estimativa decorrente da avaliação atuarial dos planos de saúde e benefício, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos passivos decorrente a benefícios pós-emprego.

#### **Resposta da auditoria ao assunto de avaliação de *impairment* de ativo imobilizado, e intangível**

---

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação das previsões de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (CGU) preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração, inclusive a comparação com os seus planos mais recentes de negócios. questionamos as principais premissas da Administração para as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia. Ao determinarmos a extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente, para resultar em *impairment* do ativo imobilizado e intangível, consideramos a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas. Avaliamos também a adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.

Nossos trabalhos revelaram que as premissas e a metodologia de avaliação do fluxo de caixa futuro utilizadas estão razoavelmente consistentes com a prática do mercado, assim como em relação ao período anterior e o plano de negócios da Companhia.

#### **Resposta da auditoria ao assunto de reconhecimento de benefícios pós emprego**

---

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o envolvimento de especialista atuarial na revisão da estimativa e metodologia utilizada para cálculo dos benefícios e a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação das Notas Explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sumarizados acima, não foram identificadas distorções materiais na mensuração do benefício Pós Emprego. Portando, consideramos apropriadas os julgamentos, as estimativas e as divulgações preparadas pela Administração incluídas nas Notas Explicativas relacionadas ao reconhecimento e mensuração dos saldos de benefícios pós emprego, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

### **Outros assuntos - Demonstrações contábeis societárias**

A **Ampla Energia e Serviços S.A.** preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 17 de fevereiro de 2020.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

### **Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2020.



**BDO RCS Auditores Independentes**  
**CRC 2 SP-013846/F**

**Jairo da Rocha Soares**  
**Contador CRC 1SP 120458/O-6 -S - RJ**

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2019

### Índice

Relatório da Administração regulatório 2019

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias ..... 1

Demonstrações contábeis regulatórias

Balancos patrimoniais regulatório ..... 3

Demonstrações do resultado regulatório ..... 5

Demonstrações do resultado abrangente regulatório ..... 6

Demonstrações dos fluxos de caixa regulatório ..... 7

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatório ..... 8

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias ..... 9

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIO**

Em 31 de dezembro 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	303.062	267.076
Títulos e valores mobiliários	6	106.258	81.777
Consumidores e outras contas a receber	7	1.353.795	926.450
Ativo financeiro setorial	10	373.475	442.733
Subvenção CDE - desconto tarifário	8	295.867	322.098
Tributos a compensar	9	143.446	145.833
Serviço em curso		32.788	55.270
Instrumentos financeiros derivativos - swap	15	14.953	13.766
Outros créditos		124.466	79.591
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>2.748.110</b>	<b>2.334.594</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Consumidores e outras contas a receber	7	59.960	57.416
Ativo financeiro setorial	10	68.463	77.504
Depósitos vinculados a litígios	18	226.268	214.571
Serviço em curso		16.600	35.596
Tributos a compensar	9	87.433	104.458
Instrumentos financeiros derivativos - swap	15	128.279	98.364
Tributos diferidos	24	642.247	632.658
Imobilizado	11	7.468.989	6.825.548
Intangível	12	327.079	263.769
Investimentos		2.902	3.313
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>9.028.220</b>	<b>8.313.197</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>11.776.330</b>	<b>10.647.791</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIO**

Em 31 de dezembro 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
<b><u>PASSIVO CIRCULANTE</u></b>			
Fornecedores	13	900.099	758.868
Passivos financeiros setoriais	10	235.413	213.433
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	1.876.718	1.762.742
Salários, provisões e encargos sociais		38.864	48.143
Obrigações fiscais	14	202.650	119.762
Dividendos a pagar		112.824	87.184
Taxa regulamentares	20	353.558	375.897
Instrumentos financeiros derivativos - swap	15	6.523	7.680
Outras obrigações		112.087	84.657
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>3.838.736</b>	<b>3.458.366</b>
<b><u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Fornecedores	13	-	454
Passivo financeiro setorial	10	42.005	83.615
Tributos diferidos	24	376.587	254.791
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	2.113.882	1.848.907
Benefícios pós-emprego	16	463.222	429.975
Provisão para processos judiciais e outros	18	626.392	602.204
Instrumentos financeiros derivativos - swap	15	4.169	5.617
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	19	574.006	520.932
Taxa regulamentares	20	51.058	62.378
Outras obrigações		4.506	269
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>4.255.827</b>	<b>3.809.142</b>
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
Capital social	21	2.498.230	2.498.230
Reserva de capital		23.254	23.254
Reserva de lucro		588.093	426.172
Reserva de reavaliação regulatória		645.183	435.434
Outros resultados abrangentes		697	(2.807)
Prejuízos acumulados		(73.690)	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.681.767</b>	<b>3.380.283</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>11.776.330</b>	<b>10.647.791</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REGULATÓRIO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Notas	31.12.2019	31.12.2018
<b>Receita / ingresso</b>			
Fornecimento de energia elétrica		7.854.622	7.121.113
Suprimento de energia elétrica		-	79.892
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		787.317	595.346
Venda de Energia Excedente - MVE		18.443	-
Outras receitas		403.870	349.245
Ativos e passivos financeiros setoriais		(86.777)	157.813
	22	8.977.475	8.303.409
<b>Deduções da receita bruta</b>			
Tributos e encargos			
ICMS		(2.176.670)	(1.946.365)
PIS-PASEP		(149.433)	(137.588)
Cofins		(688.296)	(633.737)
ISS		(4.189)	(3.681)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(25.654)	17.298
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(628.684)	(747.874)
Programa de eficiência energética - PEE		(25.655)	(23.520)
Taxa de fiscalização		(8.088)	(7.619)
Outros encargos		(38.098)	5.312
		(3.744.767)	(3.477.774)
		5.232.708	4.825.635
<b>Receita líquida / ingresso líquido</b>			
<b>Custos não gerenciáveis - parcela "A"</b>			
Energia elétrica comprada para revenda		(2.781.364)	(2.570.202)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(525.037)	(474.658)
		(3.306.401)	(3.044.860)
		1.926.307	1.780.775
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>			
<b>Custos gerenciáveis - parcela "B"</b>			
Pessoal e administradores	23	(139.746)	(144.486)
Serviços de terceiros	26	(445.896)	(426.730)
Material	26	(15.959)	(20.163)
Arrendamentos e aluguéis	26	(10.580)	(10.565)
Seguros	26	(4.959)	(3.218)
Doações, contribuições e subvenções	26	(1.781)	(1.547)
Provisão créditos de liquidação duvidosa	26	(242.573)	(81.582)
Provisão para processos judiciais e outros	26	(103.546)	(39.175)
Tributos	26	(2.667)	(1.920)
Depreciação e amortização	26	(394.205)	(369.634)
Outros despesas operacionais	26	(118.111)	(139.304)
		(1.480.023)	(1.238.324)
	27	(199.156)	(436.247)
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras		734.918	871.599
Despesas financeiras		(934.074)	(1.307.846)
		247.128	106.204
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>			
Imposto de renda	24	(59.476)	(34.725)
Contribuição social	24	(21.950)	(12.610)
		165.702	58.869
<b>Lucro líquido do exercício</b>			
<b>Atribuível a:</b>			
Acionistas controladores		165.262	58.713
Acionistas não controladores		440	156
<b>Lucro por ação originado das operações (em reais por milhares de ações)</b>			
		0,99440	0,35328
<b>Básico - lucro de operações</b>			
Atribuíveis a acionistas controladores		0,99176	0,35234
Detentores de ações ordinárias		0,00264	0,00094
<b>Diluído - lucro de operações</b>			
Atribuíveis a acionistas controladores		0,99176	0,35234
Detentores de ações ordinárias		0,00264	0,00094

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES REGULATÓRIO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

Notas	31.12.2019	31.12.2018
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>165.702</b>	<b>58.869</b>
Outros resultados abrangentes		
Realização da reserva de reavaliação	11 (60.404)	(71.125)
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação	24 20.537	24.182
Constituição da reserva de reavaliação 4º Ciclo Tarifário	11 378.205	-
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação 4º Ciclo Tarifário	24 (128.589)	-
Realização e constituição da reserva de reavaliação líquidos dos tributos	<u>209.749</u>	<u>(46.943)</u>
Ganho/perda atuarial em benefícios pós-emprego	16 (77.356)	22.446
Tributos diferidos sobre ganho/perda atuarial em benefícios pós-emprego	24 26.301	<u>(7.632)</u>
Outros resultados abrangentes não reclassificados para resultado em exercícios subsequentes, líquidos dos tributos	<u>(51.055)</u>	14.814
Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	27 5.309	(17.229)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	24 (1.805)	5.858
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado em exercícios subsequentes, líquidos dos tributos	<u>3.504</u>	<u>(11.371)</u>
<b>TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS</b>	<b><u>327.900</u></b>	<b><u>15.369</u></b>
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	327.028	15.328
Acionistas não controladores	872	41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REGULATÓRIOS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Atividades operacionais:</b>		
Lucro líquido do exercício	165.702	58.869
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	155.234	43.772
Depreciação e amortização	431.212	395.744
Juros e variações monetárias	316.946	405.978
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	(17.370)	(133.517)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(33.923)	(8.628)
Valor residual de intangível e imobilizado	31.644	53.399
Tributos e contribuições social diferidos	8.112	42.658
Perda de recebíveis de clientes	87.339	37.810
Provisão para processos judiciais e outros	168.796	103.644
Obrigações com benefício pós-emprego	29.817	68.628
Outros	-	1.323
	<b>1.343.509</b>	<b>1.069.680</b>
<b>Redução (aumento) dos ativos:</b>		
Consumidores	(669.534)	(265.039)
Subvenção CDE - desconto tarifário	30.630	24.349
Ativos financeiros setoriais	116.621	(264.042)
Tributos a compensar	19.412	160.165
Depósitos vinculados a litígios	(11.697)	21.939
Serviço em Curso	41.478	(11.486)
Outros créditos	(47.757)	108.008
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>		
Fornecedores	140.777	(141.207)
Passivos financeiros setoriais	(19.630)	92.725
Salários, provisões e encargos sociais	(9.279)	5.071
Obrigações fiscais	82.888	(4.975)
Taxas regulamentares	(40.944)	12.907
Obrigações com benefícios pós-emprego	(73.926)	(108.648)
Provisão para processos judiciais e outros	(144.608)	(166.544)
Outras obrigações	37.219	8.025
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(139.121)	(97.558)
Pagamentos de juros de debêntures	(69.134)	(42.713)
Pagamentos de juros de instrumento derivativo	(19.518)	(33.495)
<b>Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais</b>	<b>567.386</b>	<b>367.162</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>		
Adições para ativo contratual, financeiro e intangível da concessão	(729.248)	(678.560)
Títulos e valores mobiliários	(24.481)	38.314
<b>Caixa líquido consumido pelas as atividades de investimento</b>	<b>(753.729)</b>	<b>(640.246)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>		
Captação de Debêntures	998.374	-
Captação de empréstimos e financiamentos	689.823	560.564
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.420.866)	(319.899)
Pagamentos de arrendamento financeiro (principal)	(12.370)	-
Pagamento de dividendos	(40.642)	-
(Pagamento)/Recebimento de instrumento derivativo (principal)	8.010	(6.420)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>222.329</b>	<b>234.245</b>
<b>Variação no caixa líquido da Companhia</b>	<b>35.986</b>	<b>(38.839)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	267.076	305.915
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>303.062</b>	<b>267.076</b>
	35.986	(38.839)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital		Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes		Lucros acumulados	Total	
	Capital social	Reserva de ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Legal	Reforço de capital de giro	Reserva de reavaliação regulatória			Outros resultados abrangentes
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.498.230	2.308	20.946	113.379	232.838	482.377	8.564	-	3.358.642
Perda atuarial em benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	22.446	-	22.446
Tributos diferidos sobre benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	(7.632)	-	(7.632)
Transferência para lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-	-	-	-	(14.814)	14.814	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	(17.229)	-	(17.229)
Tributos diferidos sobre instrumentos financeiros derivativos - Swap	-	-	-	-	-	-	5.858	-	5.858
Realização da reserva de reavaliação 2018	-	-	-	-	-	(71.125)	-	71.125	-
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação 2018	-	-	-	-	-	24.182	-	(24.182)	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	58.869	58.869
Reserva Legal	-	-	-	8.562	-	-	-	(8.562)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(40.671)	(40.671)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	71.393	-	-	(71.393)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.498.230	2.308	20.946	121.941	304.231	435.434	(2.807)	-	3.380.283
Perda atuarial em benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	(77.356)	-	(77.356)
Tributos diferidos sobre benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	26.301	-	26.301
Transferência para lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-	-	-	-	51.055	(51.055)	-
Ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	5.309	-	5.309
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	(1.805)	-	(1.805)
Realização da reserva de reavaliação 2019	-	-	-	-	-	(60.404)	-	60.404	-
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação 2019	-	-	-	-	-	20.537	-	(20.537)	-
Constituição da reserva de reavaliação 4º Ciclo Tarifário	-	-	-	-	-	378.205	-	-	378.205
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação 4º Ciclo Tarifário	-	-	-	-	-	(128.589)	-	-	(128.589)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	165.702	165.702
Reserva Legal	-	-	-	13.963	-	-	-	(13.963)	-
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	56	56
<u>Proposta da administração para destinação do lucro líquido:</u>									
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(66.338)	(66.338)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	147.958	-	-	(147.958)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.498.230	2.308	20.946	135.904	452.189	645.183	697	(73.690)	3.681.767

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Informações gerais**

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede no município Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A. é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“ANEEL”)

A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026.

Em 14 de março de 2017 foi celebrado o 6º Termo aditivo ao contrato de concessão do serviço público de energia.

A Administração autorizou a emissão destas demonstrações contábeis regulatórias em 27 de julho de 2020.

**2. Setor elétrico no Brasil**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo é efetuado de acordo com o previsto nos contratos de concessão para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Outorgada, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente, aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e B mencionados anteriormente, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação.

Como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

### **3. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 32 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para melhor entendimento do leitor.

#### **3.1. Base de preparação e apresentação**

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis regulatórias podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

#### **Continuidade operacional**

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes demonstrações contábeis regulatórias, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A receita da Companhia é, basicamente, composta pelos serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

#### **4. Principais práticas contábeis**

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis regulatórias, estão descritas a seguir.

##### **4.1. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

As demonstrações Contábeis são preparadas em Reais (R\$), moeda funcional utilizada pela Companhia.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final o período a que se refere o relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado, as exceções são as transações cujos ganhos e perdas são reconhecidas no resultado abrangente.

##### **4.2. Receita**

###### **a) Receitas de serviços**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de energia ou por ocasião da prestação de serviços. O cálculo da receita não faturada referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o consumo (consumo lido / nº de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados.

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

###### **b) Receitas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**4.3. Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

**a) Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros**

A Companhia, no momento do reconhecimento inicial de seus ativos financeiros e passivos financeiros recebem a classificação que reflete em todos os aspectos relevantes a devida natureza, sendo os ativos mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), enquanto que os passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos.

Os instrumentos de proteção são classificados de acordo com a sua natureza e propósito de proteção das operações e atividades exercidas pela Companhia.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia adota o modelo de perdas esperadas para determinação do valor recuperável de seus ativos financeiros, este modelo avalia o valor recuperável para todo o período de seus ativos financeiros, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas são calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. A Companhia realiza o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (corporativo, grandes clientes e administração pública). Conforme mencionado na nota explicativa nº 32, o órgão regulador não acatou as determinações estabelecidas através do CPC 38, equivalente à norma internacional IFRS 09, e a diferença na tratativa contábil é evidenciada na nota supracitada.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**b) Hedge de fluxo de caixa**

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como Resultados Financeiros.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida na reserva de hedge de fluxo de caixa, no patrimônio líquido.

Quando os contratos a termo são usados como hedge das transações previstas, a Companhia geralmente designa apenas a mudança no valor justo do contrato a termo relacionado ao componente à vista como o instrumento de hedge. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no componente à vista dos contratos a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes. A mudança no componente a termo do contrato relacionado ao item protegido é reconhecida, no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. Em alguns casos, a Companhia pode designar toda a mudança no valor justo do contrato a termo (incluindo pontos a termo) como o instrumento de hedge. Nesses casos, os ganhos ou

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue.

Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na Demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Quando um instrumento de hedge vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio, naquele momento, permanecem no patrimônio até que a transação prevista ocorra, resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro, como um estoque. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa e os custos de hedge diferidos que haviam sido apresentados no patrimônio líquido são imediatamente reclassificados para o resultado. A Nota 27 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Companhia.

**c) Hedge de valor justo**

A mudança no valor justo de um derivativo de hedging é reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros. A mudança no valor justo do item objeto de hedge relacionada ao risco objeto de hedge é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de hedge, sendo também reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros.

Para hedges a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do hedge utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de hedge deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de hedge.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

**4.4. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**a) Imposto corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**b) Imposto diferido**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um imposto de renda ativo e contribuição social diferido são reconhecidos em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Estes ativos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço, de forma a refletir as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil específica.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**4.5. Benefício a empregados - Planos de benefício definido**

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado independente utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela Companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais sobre as obrigações, o retorno dos ativos do plano (excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

**4.5.1. Provisão para processos judiciais e outros**

As provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item em individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**4.6. Receita**

**c) Vendas de serviços**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de energia ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas de serviços de distribuição de energia não faturadas, cujo o serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

**d) Receitas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto.

**4.7. Resultado por ação de capital**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

**4.8. Demonstrações contábeis regulatórias**

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias apresentadas nas páginas 17 a 27, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**4.8.1. Ativos e passivos regulatórios**

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalentes aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Companhia, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

**4.8.2. Imobilizado**

**a) Imobilizado em serviço**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação mensurada pela metodologia do Valor Novo de Reposição – VNR. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, calculada pelo método linear, baseada na vida útil definida pelo órgão regulador. As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

**b) Imobilizado em curso**

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros, bem como parte dos custos da administração central. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de revisão e preços, gerando benefícios econômicos futuros para a Companhia.

**c) Arrendamentos**

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, equivalente à norma internacional IFRS 16 *Leases*, efetiva e requerida para exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2019, estabelece princípios e premissas para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma em questão, e, dessa forma, não permitindo a utilização da prerrogativa antes utilizada através do arrendamento operacional.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Contudo, até que o órgão regulador aprove a adoção do novo pronunciamento, e posteriormente sua recomendação, os efeitos das alterações contábeis advindas da aplicação do CPC 06(R2) não são refletidas para fins regulatórias, e a Companhia continuará a apresentar para este fim as premissas e políticas contábeis relacionadas aos arrendamentos em consonância ao CPC 06 (R1) equivalente à norma internacional IAS 17 *Leases* os efeitos decorrentes a não aplicação do novo pronunciamento são apresentados na nota explicativa nº 32.

**4.8.3. Intangível**

Registrado ao custo de aquisição ou realização deduzido da amortização acumulada. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, baseada na vida útil estimada dos itens.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

**4.8.4. Obrigações vinculadas do serviço público de energia elétrica (“obrigações especiais”)**

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, deduzidos da depreciação acumulada. A amortização é calculada pela taxa média dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

**4.8.5. Reserva de reavaliação**

A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL para os bens do ativo imobilizado ou intangível os quais estão vinculados ao serviço concedido.

A reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação/amortização, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Com base na terceira revisão tarifária homologada pela ANEEL, mediante a Nota Técnica ANEEL Nº 122/2014, a Companhia registrou em 2014 a reavaliação regulatória, como data-base o mês de setembro de 2013.

**4.8.6. Reconhecimento de receita**

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada; ii) o valor pode ser mensurado com segurança; iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes. As receitas de serviços de distribuição de energia não faturadas, cujo o serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações contábeis regulatórias, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e contas correntes bancárias	<b>38.136</b>	71.228
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	86.134	28.740
Operações compromissadas	129.854	135.568
	<b>215.988</b>	164.308
Fundos não exclusivos		
Fundos de investimentos aberto	25.668	18.644
Operações compromissadas	23.270	12.896
Total de fundos de investimento não exclusivos	<b>48.938</b>	<b>31.540</b>
Aplicações financeiras	<b>264.926</b>	<b>195.848</b>
<b>Total</b>	<b>303.062</b>	<b>267.076</b>

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, estas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

**6. Títulos e valores mobiliários**

	31.12.2019	31.12.2018
Fundos de investimentos não exclusivos	<b>73.186</b>	65.431
Fundos de investimentos exclusivos	<b>33.072</b>	16.346
Títulos públicos	19.584	16.346
LF - Letra Financeira	13.488	-
<b>Total</b>	<b>106.258</b>	<b>81.777</b>

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**7. Consumidores e outras contas a receber**

	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PECLD	31.12.2019	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PECLD	31.12.2018
<u>Circulante</u>												
Classe de consumidores:												
Residencial	224.749	236.209	632.268	1.093.226	(621.934)	<b>471.292</b>	94.811	98.851	443.874	637.536	(418.626)	<b>218.910</b>
Industrial	61.879	8.150	65.498	135.527	(59.896)	<b>75.631</b>	51.601	8.090	52.921	112.612	(42.927)	<b>69.685</b>
Comercial	97.798	44.258	137.969	280.025	(122.708)	<b>157.317</b>	66.994	32.441	116.852	216.287	(100.561)	<b>115.726</b>
Rural	22.327	8.023	53.607	83.957	(51.120)	<b>32.837</b>	18.218	2.598	50.337	71.153	(48.863)	<b>22.290</b>
Poder público	64.876	24.578	64.645	154.099	(54.024)	<b>100.075</b>	54.276	30.975	67.758	153.009	(47.765)	<b>105.244</b>
Iluminação pública	31.788	22.713	60.968	115.469	(38.035)	<b>77.434</b>	30.285	24.160	26.093	80.538	(18.855)	<b>61.683</b>
Serviço público	22.646	334	2.088	25.068	(1.758)	<b>23.310</b>	15.420	184	1.806	17.410	(1.141)	<b>16.269</b>
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>526.063</b>	<b>344.265</b>	<b>1.017.043</b>	<b>1.887.371</b>	<b>(949.475)</b>	<b>937.896</b>	<b>331.605</b>	<b>197.299</b>	<b>759.641</b>	<b>1.288.545</b>	<b>(678.738)</b>	<b>609.807</b>
Receita não faturada	274.315	-	-	274.315	-	<b>274.315</b>	118.375	-	-	118.375	-	<b>118.375</b>
Consumidores baixa renda	1.782	-	-	1.782	-	<b>1.782</b>	7.104	-	-	7.104	-	<b>7.104</b>
Encargo de uso de rede	3.277	2.694	-	5.971	-	<b>5.971</b>	-	-	90.832	90.832	-	<b>90.832</b>
Parcelamento de débitos	-	-	109.005	109.005	-	<b>109.005</b>	-	-	91.384	91.384	-	<b>91.384</b>
Agente de Cobrança da Iluminação Pública	138	126	3.245	3.509	(3.150)	<b>359</b>	-	127	3.229	3.356	(3.356)	-
Compartilhamento de uso mútuo	-	6.554	39.158	45.712	(21.245)	<b>24.467</b>	2.868	6.450	33.805	43.123	(34.175)	<b>8.948</b>
<b>Contas a receber</b>	<b>279.512</b>	<b>9.374</b>	<b>151.408</b>	<b>440.294</b>	<b>(24.395)</b>	<b>415.899</b>	<b>128.347</b>	<b>6.577</b>	<b>219.250</b>	<b>354.174</b>	<b>(37.531)</b>	<b>316.643</b>
<b>Total do circulante</b>	<b>805.575</b>	<b>353.639</b>	<b>1.168.451</b>	<b>2.327.665</b>	<b>(973.870)</b>	<b>1.353.795</b>	<b>459.952</b>	<b>203.876</b>	<b>978.891</b>	<b>1.642.719</b>	<b>(716.269)</b>	<b>926.450</b>
<u>Não circulante</u>												
Encargo de uso de rede (a)	-	-	4.136	4.136	(4.136)	-	-	4.136	-	4.136	(4.136)	-
Parcelamento de débitos	-	-	63.668	63.668	(3.708)	<b>59.960</b>	-	-	101.206	101.206	(43.790)	<b>57.416</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>67.804</b>	<b>67.804</b>	<b>(7.844)</b>	<b>59.960</b>	<b>-</b>	<b>4.136</b>	<b>101.206</b>	<b>105.342</b>	<b>(47.926)</b>	<b>57.416</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**a) Contrato de CUSD com a Eletronuclear**

A partir de fevereiro de 2019, foi substancialmente faturado em 11 parcelas, nos moldes previstos no Despacho no. 2.741/2018, o valor correspondente a energia medida, em KWh, nos pontos de conexão, que estavam associadas ao consumo próprio da Eletronuclear, correspondente ao período de 19 de abril de 2014 a 31 de dezembro de 2018, a preços de novembro de 2018, líquido de impostos.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31.12.2018	Adições	Baixas	31.12.2019
PECLD sobre contas a receber	(764.195)	(255.920)	38.401	(981.714)
PECLD sobre outros créditos	(13.072)	4.534	-	(8.538)
	<b>(777.267)</b>	<b>(251.386)</b>	<b>38.401</b>	<b>(990.252)</b>

A provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída com base nos valores a receber dos consumidores, segregando em grandes clientes (alta tensão), clientes corporativos (baixa tensão) e administração pública. Considera também, uma análise coletiva e/ou individual, quando aplicável, dos títulos a receber ou do saldo da dívida parcelada, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, considerando um novo modelo de avaliação a fim de apurar as perdas esperadas. No que tange à abordagem coletiva, a Companhia utilizou uma matriz de provisão, conforme previsto na norma, que reflete a experiência de perda de crédito histórica para classe que foi agrupada. A matriz de provisão estabelece percentuais dependendo do aging das contas a receber. Na abordagem individual a Companhia considerou o comportamento específico de determinados clientes em função do histórico de inadimplência e as informações disponíveis sobre as contrapartes.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**8. Subvenção CDE - desconto tarifário**

Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras (previsão) e recebidos mensalmente pela Companhia. A diferença entre a previsão e o subsídio efetivamente apurado é verificada a cada processo tarifário, sendo que a Companhia recebe ou paga a diferença durante os 12 meses do referido processo tarifário.

	31.12.2019	31.12.2018
CDE compensação - liminar	295.284	290.885
Previsão CDE (mensal) ciclo corrente	-	16.080
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	(2.398)	8.590
CDE a receber - diferença ciclo anterior	2.981	6.543
	<b>295.867</b>	<b>322.098</b>

Em dezembro de 2019 a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso, transferindo todos os riscos e benefícios vinculados para a instituição financeira na data da transação com valor de face de R\$ 18.292 com deságio de R\$ 130.

a) Compensação da obrigação Encargo CDE x Valores a receber subsidio baixa renda - CDE

Os valores em aberto de novembro de 2014 até a 2017 (Resoluções homologatórias 1.703/2014, 1.861/2015, 2.023/2016 e 2.207/2017), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobrás/CCEE relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08 de julho de 2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 295.284 (R\$ 290.885 em 2018), correspondente à parcela a repassar a CCEE decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

**9. Tributos a compensar**

	31.12.2019		31.12.2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	30.925	-	15.741	-
ICMS (a)	82.175	87.433	92.474	104.458
PIS e COFINS	708	-	9.259	-
Outros tributos (b)	29.638	-	28.359	-
<b>Total</b>	<b>143.446</b>	<b>87.433</b>	<b>145.833</b>	<b>104.458</b>

- a) Em 31 de dezembro, o total de crédito de ICMS, está composto basicamente de, R\$ 99.396 referente à Lei Complementar nº 102/00, que prevê o crédito do ICMS sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses, R\$ 14.208 aos pedidos de restituição de ICMS dos clientes CEDAE e CERES e R\$ 25.559 do FEEF (Fundo estadual de equilíbrio fiscal) dos anos de 2016 a 2018, R\$ 2.689 refere-se a créditos de compra de energia, R\$ 22.797 refere-se a pedido restituição do ICMS sobre consumo próprio e R\$ 4.959 de Incentivos culturais.
- b) Outros tributos é composto de R\$ 26.895 referente ao FinSocial de 1991/1992 para o qual o ganho já foi transitado em julgado e aguarda-se a finalização dos procedimentos legais junto à Receita Federal para posterior compensação. O montante de R\$ 2.743 refere-se a outros tributos.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**10. Ativos e passivos financeiros setoriais**

**a) Ativos e passivos financeiros setoriais**

A regulamentação do setor de energia elétrica implicou, dentro outras alterações, na constituição de ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre esses ativos e passivos.

**b) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”**

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização. À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

**c) Demais ativos e passivos financeiros setoriais**

Programas sociais e governamentais

A Companhia, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

Quota parte de energia nuclear

Em 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.111/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, estabelecendo que, a partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as Outorgadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN. A tarifa dessa energia proveniente da Eletronuclear calculada e homologada anualmente pela ANEEL.

Adicionalmente, o art. 12 da Lei nº 12.111/2009 autoriza a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela Eletronuclear e a tarifa de referência. Os saldos remanescentes estão classificados como “outros” em demais ativos regulatórios.

Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

Diferimento ou ressarcimento de reposição tarifária

A ANEEL autorizou a Ampla, por meio da Resolução Homologatória nº 2.023, de 8 de março de 2016, a aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 15 de março de 2016, o reajuste tarifário percebido pelo consumidor foi de 7,38%, sendo 3,25% relativos ao reajuste tarifário anual econômico, 7,81% relativos aos componentes financeiros entrantes e -3,68% relativos aos componentes financeiros retirados do ano anterior. O principal componente financeiro foi a CVA, que representa um total de R\$ 398.449, sendo composta por 2 parcelas: (i) a CVA em processamento no valor de R\$ 394.581 e, (ii) o saldo a compensar da CVA de períodos anteriores no valor de R\$ 3.868.

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A movimentação das contas de ativos regulatórios, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos regulatórios	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Recebimento Bandeiras Tarifárias	Remuneração	Reclassificações	Saldo em 31/12/2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA Ativa</b>	<b>462.166</b>	<b>830.631</b>	<b>(667.341)</b>	<b>(145.562)</b>	<b>45.377</b>	<b>(97.049)</b>	<b>428.222</b>	<b>114.473</b>	<b>313.749</b>	<b>362.978</b>	<b>65.244</b>
Aquisição de Energia - (CVA energia)	431.206	701.607	(626.448)	(145.562)	36.770	(7.432)	<b>390.141</b>	107.201	282.940	332.161	57.980
Proinfa	1.157	1.658	(2.509)	-	110	(416)	-	416	(416)	-	-
Transporte Rede Básica	3.485	46.540	(6.713)	-	1.561	(15.557)	<b>29.316</b>	1.183	28.133	23.551	5.765
Transporte de Energia - Itaipu	7.436	176	(6.926)	-	7.826	253	<b>8.765</b>	1.451	7.314	7.266	1.499
ESS	-	78.517	-	-	(2.912)	(75.605)	-	-	-	-	-
CDE	18.882	2.133	(24.745)	-	2.022	1.708	-	4.222	(4.222)	-	-
<b>Demais ativos regulatórios</b>	<b>58.071</b>	<b>51.541</b>	<b>1.876</b>	-	<b>5.587</b>	-	<b>13.716</b>	<b>8.698</b>	<b>5.018</b>	<b>10.497</b>	<b>3.219</b>
PIS/COFINS alíquota efetiva	32.740	(23.474)	-	-	-	-	<b>9.266</b>	-	9.266	9.266	-
Neutralidade da Parcela A	25.331	26.814	(34.267)	-	5.246	(15.524)	<b>7.600</b>	4.892	2.709	7.046	555
Sobrecontratação de Energia	-	(27.527)	-	-	(5.831)	35.106	<b>1.748</b>	-	1.748	-	1.748
Diferimento de Reposição na RTP	-	87.187	-	-	6.172	(93.359)	-	3.806	(3.806)	-	-
Outros	-	(11.459)	36.143	-	-	(29.582)	<b>(4.898)</b>	-	(4.899)	(5.815)	916
<b>Total ativos regulatórios</b>	<b>520.237</b>	<b>882.172</b>	<b>(665.465)</b>	<b>(145.562)</b>	<b>50.964</b>	-	<b>441.938</b>	<b>123.171</b>	<b>318.767</b>	<b>373.475</b>	<b>68.463</b>

A movimentação das contas de passivos regulatórios, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos regulatórios	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Remuneração	Reclassificações	Saldo em 31/12/2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA Passiva</b>	<b>96.364</b>	<b>380.545</b>	<b>(196.985)</b>	<b>7.361</b>	<b>(97.049)</b>	<b>190.236</b>	<b>28.217</b>	<b>162.019</b>	<b>156.084</b>	<b>34.152</b>
Aquisição de Energia - (CVAenergia)	-	7.430	-	2	(7.432)	-	-	-	-	-
Proinfa	-	867	-	658	(416)	<b>1.109</b>	-	1.109	796	313
Transporte Rede Básica	-	15.876	(1.334)	1.015	(15.557)	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	(45)	(130)	(78)	253	-	-	-	-	-
ESS	96.364	279.444	(189.043)	4.871	(75.605)	<b>116.031</b>	28.217	87.814	98.036	17.995
CDE	-	76.973	(6.478)	893	1.708	<b>73.096</b>	-	73.096	57.252	15.844
<b>Demais passivos regulatórios</b>	<b>200.684</b>	<b>221.962</b>	<b>(241.784)</b>	<b>9.680</b>	<b>(103.360)</b>	<b>87.182</b>	<b>48.308</b>	<b>38.874</b>	<b>79.329</b>	<b>7.853</b>
Neutralidade da Parcela A	47.230	(31.937)	-	231	(15.524)	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	75.592	120.138	(206.381)	7.026	35.106	<b>31.481</b>	38.264	(6.783)	31.481	-
Devoluções Tarifárias	37.747	152.819	(55.927)	250	(93.359)	<b>41.530</b>	-	41.530	33.677	7.853
Outros	40.115	(19.058)	20.524	2.173	(29.583)	<b>14.171</b>	10.044	4.127	14.171	-
<b>Total passivos regulatórios</b>	<b>297.048</b>	<b>602.507</b>	<b>(438.769)</b>	<b>17.041</b>	<b>(200.409)</b>	<b>277.418</b>	<b>76.525</b>	<b>200.893</b>	<b>235.413</b>	<b>42.005</b>

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**11. Imobilizado**

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassificação (D)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
<b>Distribuição</b>	<b>10.552.459</b>	-	<b>(13.887)</b>	<b>549.860</b>	-	<b>1.413.782</b>	<b>12.502.214</b>	<b>535.973</b>	<b>(5.850.889)</b>	<b>6.651.325</b>	<b>6.103.059</b>	<b>(766.572)</b>	<b>293.410</b>	<b>(473.162)</b>
Terrenos	36.895	-	-	3.644	-	8.180	48.719	3.644	-	48.719	36.895	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	169.814	-	-	976	-	25.041	195.831	976	(130.409)	65.422	74.781	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	10.330.684	-	(13.887)	543.980	-	1.377.752	12.238.529	530.093	(5.711.553)	6.526.976	5.982.474	(766.572)	293.410	(473.162)
Veículos	2.005	-	-	-	-	910	2.915	-	(2.902)	13	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	13.061	-	-	1.260	-	1.899	16.220	1.260	(6.025)	10.195	8.909	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>168.431</b>	-	<b>(7.176)</b>	<b>4.119</b>	-	<b>41.814</b>	<b>207.188</b>	<b>(3.057)</b>	<b>(169.623)</b>	<b>37.565</b>	<b>38.762</b>	-	-	-
Terrenos	1.702	-	(71)	-	-	-	1.631	(71)	-	1.631	1.702	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	11.905	-	-	-	-	3.151	15.056	-	(9.507)	5.549	5.715	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	106.315	-	(7.105)	598	-	25.406	125.214	(6.507)	(103.681)	21.533	25.104	-	-	-
Veículos	2.016	-	-	135	-	1.251	3.402	135	(3.209)	193	91	-	-	-
Móveis e Utensílios	46.493	-	-	3.386	-	12.006	61.885	3.386	(53.226)	8.659	6.150	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>10.720.890</b>	-	<b>(21.063)</b>	<b>553.979</b>	-	<b>1.455.596</b>	<b>12.709.402</b>	<b>532.916</b>	<b>(6.020.512)</b>	<b>6.688.890</b>	<b>6.141.821</b>	<b>(766.572)</b>	<b>293.410</b>	<b>(473.162)</b>
Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassificação (D)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
<b>Distribuição</b>	<b>667.361</b>	<b>645.213</b>	-	<b>(549.860)</b>	<b>(639)</b>	-	<b>762.075</b>	<b>95.353</b>	-	<b>762.075</b>	<b>667.361</b>	<b>(100.840)</b>	-	<b>(100.840)</b>
Máquinas e Equipamentos	444.348	633.000	-	(541.668)	-	-	535.680	91.332	-	535.680	444.348	(100.840)	-	(100.840)
Outros	223.013	12.213	-	(8.192)	(639)	-	226.395	4.021	-	226.395	223.013	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>16.366</b>	<b>5.138</b>	-	<b>(4.119)</b>	<b>639</b>	-	<b>18.024</b>	<b>1.019</b>	-	<b>18.024</b>	<b>16.366</b>	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	4.985	2.527	-	(598)	639	-	6.914	1.929	-	6.914	4.985	-	-	-
Outros	11.381	2.611	-	(3.521)	-	-	11.110	(910)	-	11.110	11.381	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>683.727</b>	<b>650.351</b>	-	<b>(553.979)</b>	-	-	<b>780.099</b>	<b>96.372</b>	-	<b>780.099</b>	<b>683.727</b>	<b>(100.840)</b>	-	<b>(100.840)</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>11.404.617</b>	<b>650.351</b>	<b>(21.063)</b>	-	-	<b>1.455.596</b>	<b>13.489.501</b>	<b>629.288</b>	<b>(6.020.512)</b>	<b>7.468.989</b>	<b>6.825.548</b>	<b>(867.412)</b>	<b>293.410</b>	<b>(574.002)</b>

A composição da conta máquinas e equipamentos da atividade de distribuição é como segue:

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2018	Baixas (A)	Transferências (B)	Reclassificação (C)	Reavaliação (E)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)
<b>AIS Bruto</b>	<b>10.330.684</b>	<b>(13.887)</b>	<b>543.980</b>	<b>-</b>	<b>1.377.752</b>	<b>12.238.529</b>	<b>530.093</b>
Transformador de Distribuição	1.383.923	(830)	70.536	(35.843)	169.274	1.587.060	69.706
Medidor	1.680.673	(3.368)	59.130	34.587	214.752	1.985.774	55.762
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	252.237	(61)	-	(19.220)	28.792	261.748	(61)
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	4.067.891	(3.103)	263.814	19.190	521.413	4.869.205	260.711
Redes Alta Tensão (69 kV)	215.326	-	5.097	215.289	36.349	472.061	5.097
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	369.289	-	1.582	353.738	59.947	784.556	1.582
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	467	-	-	259	43	769	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	135.620	(601)	1.331	(2.965)	19.909	153.294	730
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	493.177	(2.247)	10.926	446.938	78.878	1.027.672	8.679
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	810.519	(3.676)	37.439	810.546	133.827	1.788.655	33.763
Demais máquinas e equipamentos	921.562	(1)	94.125	(1.822.519)	114.568	(692.265)	94.124
<b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>	<b>(622.314)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(144.258)</b>	<b>(766.572)</b>	<b>-</b>
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(58.687)	-	-	-	-	(58.687)	-
Outros	(563.627)	-	-	-	(144.258)	(707.885)	-
Originadas da Receita	(64.926)	-	-	(63.317)	(144.258)	(272.501)	-
Outros	(64.926)	-	-	(63.317)	(144.258)	(272.501)	-
Outros	(498.701)	-	-	63.317	-	(435.384)	-

Ampla Energia e Serviços S.A.  
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31.12.2019			31.12.2018		
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
<b>Em serviço</b>							
Distribuição		<b>12.502.214</b>	<b>(5.850.889)</b>	<b>6.651.325</b>	10.552.459	(4.449.400)	6.103.059
Custo Histórico	5,78%	<b>8.617.467</b>	<b>(3.037.648)</b>	<b>5.579.819</b>	8.072.700	(2.706.189)	5.366.511
Correção Monetária Especial	4,74%	<b>145.524</b>	<b>(129.683)</b>	<b>15.841</b>	145.764	(129.318)	16.446
Reavaliação	5,78%	<b>3.739.223</b>	<b>(2.683.558)</b>	<b>1.055.665</b>	2.333.995	(1.613.893)	720.102
Administração		<b>207.188</b>	<b>(169.623)</b>	<b>37.565</b>	168.431	(129.669)	38.762
Custo Histórico	7,45%	<b>107.920</b>	<b>(72.482)</b>	<b>35.438</b>	106.312	(68.574)	37.738
Correção Monetária Especial	8,75%	<b>9.707</b>	<b>(9.463)</b>	<b>244</b>	9.744	(9.487)	257
Reavaliação	7,75%	<b>89.561</b>	<b>(87.678)</b>	<b>1.883</b>	52.375	(51.608)	767
<b>Total do ativo imobilizado em serviço</b>		<b>12.709.402</b>	<b>(6.020.512)</b>	<b>6.688.890</b>	<b>10.720.890</b>	<b>(4.579.069)</b>	<b>6.141.821</b>
<b>Em curso</b>							
Distribuição		<b>762.075</b>	-	<b>762.075</b>	667.361	-	667.361
Administração		<b>18.024</b>	-	<b>18.024</b>	16.366	-	16.366
<b>Total do ativo imobilizado em curso</b>		<b>780.099</b>	-	<b>780.099</b>	<b>683.727</b>	-	<b>683.727</b>
<b>Total do ativo imobilizado</b>		<b>13.489.501</b>	<b>(6.020.512)</b>	<b>7.468.989</b>	<b>11.404.617</b>	<b>(4.579.069)</b>	<b>6.825.548</b>

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Outros Gastos	Total
Terrenos	2.915	14.302	1.107	-	18.324
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	(970)	4.010	206	-	3.246
Máquinas e equipamentos	259.208	326.640	49.679	-	635.527
Móveis e utensílios	1.280	1.494	66	-	2.840
Veículos	4	(75)	-	-	(71)
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	(65)	-	-	-	(65)
Material em depósito	(13.717)	-	-	-	(13.717)
Compras em andamento	2.368	-	-	-	2.368
Depósitos judiciais	-	-	-	1.899	1.899
<b>Total das adições do ativo imobilizado em curso</b>	<b>251.023</b>	<b>346.371</b>	<b>51.058</b>	<b>1.899</b>	<b>650.351</b>

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 2012, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Distribuição</b>	
Barra de capacitores	5,00%
Chave de distribuição	3,33%
Condutor do sistema	2,70%
Estrutura do sistema	3,57%
Regulador de tensão	3,45%
Transformador	2,86%
<b>Administração central</b>	
Equipamento geral	6,25%
Software	20,00%

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada a sua aplicação.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	R\$
1.	LICENCIA DE SOFTWARE	9.678
2.	CHAVE SEC. 145KV 1250A TRI MAN SECO	9.008
3.	SOFTWARE	6.022
4.	SOFTWARE	6.022
5.	SOFTWARE	5.926
6.	CUBÍC,17,5KV,3150A,NBI95KV,13UNID,ESE008	4.108
7.	SOFTWARE	4.049
8.	SOFTWARE	3.843
9.	TRAFO,69KV,13,8/11,95KV,40MVA,3F,GST002	3.749
10.	EVOLUÇÃO DE VERSÃO	2.902

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	R\$
1.	AUTO-TRAFO 138KV 69KV 40MVA TRI C/COM	(3.209)
2.	MICROCOMPUTADOR-COMPUT.E EQUIP. COMPLEMENTARES...	(1.623)
3.	MICROCOMPUTADOR-COMPUT.E EQUIP. COMPLEMENTARES...	(815)
4.	MICROCOMPUTADOR-COMPUT.E EQUIP. COMPLEMENTARES...	(805)
5.	MICROCOMPUTADOR-COMPUT.E EQUIP. COMPLEMENTARES...	(719)
6.	PAINEL SERV AUX	(680)
7.	MICROCOMPUTADOR-COMPUT.E EQUIP. COMPLEMENTARES...	(621)
8.	PAINEL SUP E CONTROLE	(566)
9.	TRAFO FORÇA 69KV 13,8KV 12,5MVA TRI C/COM	(555)
10.	MICROCOMPUTADOR-COMPUT.E EQUIP. COMPLEMENTARES...	(513)

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**12. Intangível**

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Transferências (B)	Reclassificações (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>										
<b>Distribuição</b>	<b>243.541</b>	-	<b>14.183</b>	-	<b>56.785</b>	<b>314.509</b>	<b>14.183</b>	<b>(118.815)</b>	<b>195.694</b>	<b>157.875</b>
Servidões	94.574	-	-	288	21.980	116.842	288	(136)	116.706	94.496
Softwares	118.594	-	<b>14.183</b>	(288)	22.519	155.008	13.895	(116.656)	38.352	34.094
Outros	30.373	-	-	-	12.286	42.659	-	(2.023)	40.636	29.285
<b>Administração</b>	<b>140.592</b>	-	<b>37.708</b>	-	<b>26.847</b>	<b>205.147</b>	<b>37.708</b>	<b>(146.278)</b>	<b>58.869</b>	<b>37.873</b>
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	139.423	-	<b>37.708</b>	-	26.847	203.978	37.708	(146.272)	57.706	36.710
Outros	1.169	-	-	-	-	1.169	-	(6)	1.163	1.163
<b>Subtotal</b>	<b>384.133</b>	-	<b>51.891</b>	-	<b>83.632</b>	<b>519.656</b>	<b>51.891</b>	<b>(265.093)</b>	<b>254.563</b>	<b>195.748</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>										
<b>Distribuição</b>	<b>8.628</b>	<b>10.195</b>	<b>(14.183)</b>	-	-	<b>4.640</b>	<b>(3.988)</b>	-	<b>4.640</b>	<b>8.628</b>
Servidões	1	-	-	-	-	1	-	-	1	1
Softwares	8.501	<b>10.195</b>	<b>(14.183)</b>	-	-	4.513	(3.988)	-	4.513	8.501
Outros	126	-	-	-	-	126	-	-	126	126
<b>Administração</b>	<b>59.393</b>	<b>46.191</b>	<b>(37.708)</b>	-	-	<b>67.876</b>	<b>8.483</b>	-	<b>67.876</b>	<b>59.393</b>
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	59.384	<b>44.749</b>	<b>(37.708)</b>	-	-	66.425	7.041	-	66.425	59.384
Outros	9	1.442	-	-	-	1.451	1.442	-	1.451	9
<b>Subtotal</b>	<b>68.021</b>	<b>56.386</b>	<b>(51.891)</b>	-	-	<b>72.516</b>	<b>4.495</b>	-	<b>72.516</b>	<b>68.021</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>452.154</b>	<b>56.386</b>	-	-	<b>83.632</b>	<b>592.172</b>	<b>56.386</b>	<b>(265.093)</b>	<b>327.079</b>	<b>263.769</b>

Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com definições da ANEEL para fins tarifários. Como resultado da utilização desse critério, o total do ativo intangível será

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

amortizado de forma linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e da provisão para redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Ativo Intangível	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31.12.2019			31.12.2018		
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Distribuição		<b>314.509</b>	<b>(118.815)</b>	<b>195.694</b>	243.541	(85.666)	157.875
Custo Histórico	20,00%	<b>171.182</b>	<b>(75.951)</b>	<b>95.231</b>	157.000	(66.370)	90.630
Correção Monetária Especial		<b>955</b>	-	<b>955</b>	955	-	955
Reavaliação	20,00%	<b>142.372</b>	<b>(42.864)</b>	<b>99.508</b>	85.586	(19.296)	66.290
Administração		<b>205.147</b>	<b>(146.278)</b>	<b>58.869</b>	140.592	(102.719)	37.873
Custo Histórico	20,00%	<b>155.948</b>	<b>(97.377)</b>	<b>58.571</b>	118.241	(80.912)	37.329
Correção Monetária Especial	20,00%	<b>1.071</b>	<b>(1.071)</b>	-	1.070	(1.071)	(1)
Reavaliação	20,00%	<b>48.128</b>	<b>(47.830)</b>	<b>298</b>	21.281	(20.736)	545
<b>Total do ativo intangível em serviço</b>		<b>519.656</b>	<b>(265.093)</b>	<b>254.563</b>	384.133	(188.385)	195.748
Em curso							
Distribuição		<b>4.640</b>	-	<b>4.640</b>	<b>8.628</b>	-	8.628
Administração		<b>67.876</b>	-	<b>67.876</b>	<b>59.393</b>	-	59.393
<b>Total do ativo intangível em curso</b>		<b>72.516</b>	-	<b>72.516</b>	68.021	-	68.021
<b>Total do ativo intangível</b>		<b>592.172</b>	<b>(265.093)</b>	<b>327.079</b>	452.154	(188.385)	263.769

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**13. Fornecedores**

	31.12.2019	31.12.2018
Suprimento de energia		
Compra de Energia	452.456	389.084
Compra de Energia com partes relacionadas	1.422	709
Encargo de Uso da Rede	56.260	39.429
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas	417	491
Materiais e serviços	356.809	302.545
Materiais e serviços com partes relacionadas	32.735	26.610
	<u>900.099</u>	<u>758.868</u>

**14. Obrigações fiscais**

	31.12.2019	31.12.2018
Imposto de renda e contribuição social a pagar (a)	7.197	532
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (b)	104.807	53.245
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	42.427	43.944
Programa de integração social - PIS	9.083	9.404
Imposto sobre serviços - ISS	2.871	1.776
INSS s/ terceiros	7.247	6.104
Outros (c)	29.018	4.757
<b>Total circulante</b>	<u>202.650</u>	<u>119.762</u>

a) O saldo em 31 de dezembro de 2019 é composto por provisões para imposto de renda de R\$53.527 e contribuição social de R\$19.789 a pagar, líquidas das antecipações efetuadas no montante total de R\$ 66.119, sendo R\$ 48.274 de imposto de renda e R\$ 17.845 de contribuição social.

b) O ICMS da Companhia é apurado e recolhido por decêndio, conforme Decreto nº 45520/2015. A área Tributária recebe as informações do faturamento de energia do período de 01 a 10 e efetua o pagamento do ICMS no dia 15 do próprio mês, o mesmo ocorre para o período de faturamento de 11 a 20 que é pago no dia 25. No dia 01 do mês subsequente, a área responsável pelo faturamento envia todos os relatórios finais do faturamento mensal para que a área Tributária realize a apuração do ICMS. Na apuração são considerados todos os créditos devidos e é deduzido os pagamentos realizados nos dias 15 e 25. O valor final do ICMS apurado é pago no dia 05 do mês subsequente ao faturamento.

O aumento no ICMS a pagar é principalmente devido ao aumento do faturamento verificado no 3º decêndio de dezembro de 2019.

c) O valor de Outros é composto principalmente por IRRF sobre novação de contratos de mútuos celebrados entre a Companhia e a Enel Brasil em dezembro de 2019. O pagamento do referido imposto ocorreu em janeiro de 2020 no montante de R\$ 23.282.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**15. Empréstimos, financiamentos e debêntures**

	31.12.2019	31.12.2018	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Taxas
<b>Moeda estrangeira:</b>						
Citibank N.A (II)	390.539	376.925	28/03/2018	29/03/2021	Bullet	LIBOR + 0,47%
Itaú BBA International PLC	311.182	299.146	05/07/2017	05/07/2021	Bullet	4,2%
Santander Chile	-	295.048	07/03/2016	07/03/2019	Bullet	LIBOR + 1,53%
Citibank N.A (III)	-	143.984	24/12/2018	24/06/2019	Bullet	LIBOR + 0,77%
Scotiabank	-	-	11/07/2019	15/07/2020	Bullet	2,1%
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>919.167</b>	<b>1.115.103</b>				
<b>Moeda nacional:</b>						
<b>Financiamentos</b>						
BNDES (Capex 2011)	-	25.431	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	8,7%
BNDES (Capex 2012-2013)	28.246	36.510	16/08/2013	15/05/2023	Mensal	3,0%
BNDES (Capex 2012-2013)	12.223	36.555	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	TJLP + 2,80%
BNDES (Capex 2012-2013)	12.228	36.568	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	TJLP + 3,80%
BNDES (Capex 2012-2013)	527	1.050	16/08/2013	15/12/2020	Mensal	TJLP
BNDES (Capex 2014-2015)	-	23.164	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	9,5%
BNDES (Capex 2014-2015)	-	89.159	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	TJLP + 3,10%
BNDES (Capex 2014-2015)	-	110.593	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	SELIC + 3,18%
BNDES A1- ITAÚ	-	144.811	25/10/2017	15/08/2022	Anual	IPCA + 8,24%
BNDES B1- ITAÚ	-	81.684	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES C1- ITAÚ	-	18.770	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES A2- BRADESCO	-	92.428	25/10/2017	15/08/2022	Anual	IPCA + 8,24%
BNDES B2- BRADESCO	-	52.278	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES C2- BRADESCO	-	12.013	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES A3- SANTANDER	-	66.433	25/10/2017	15/08/2022	Anual	IPCA + 8,24%
BNDES B3- SANTANDER	-	37.575	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES C3- SANTANDER	-	8.634	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNP PARIBAS 4131	413.720	-	04/02/2019	07/02/2022	Bullet	7,1%
<b>Financiamentos - Moeda nacional</b>	<b>466.944</b>	<b>873.656</b>				
<b>Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas</b>						
Enel Brasil (vide nota 20)	989.956	914.662	29/12/2015	31/03/2020	Bullet	CDI + 0,57% a 0,7%
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF (Vide nota 20)	-	108.791	09/02/2018	10/12/2019	Bullet	CDI + 2,75% aa
<b>Empréstimos com partes relacionadas</b>	<b>989.956</b>	<b>1.023.453</b>				
<b>Resultado das operações de Swap - (vide nota 29.e)</b>	<b>(132.540)</b>	<b>(98.833)</b>				
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>	<b>2.243.527</b>	<b>2.913.379</b>				
Circulante	1.260.803	1.761.231				
Não circulante	1.115.264	1.250.981				
	2.376.067	3.012.212				

Em 04 de fevereiro de 2019 foi contratada uma operação na modalidade captação externa (Lei nº 4.131), porém já em reais com o banco BNP, para cobertura de necessidade de Capital de Giro da companhia no montante de R\$ 400.000. O contrato possui uma taxa fixa de 7,14% a.a. base 360 e vencimento para 07 de fevereiro de 2022.

Em 11 de julho de 2019 foi contratada uma operação na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) não vinculado à operação de trade financeiro, para cobertura de necessidade de Capital de Giro da companhia no montante de R\$ 200.000. O contrato possui uma taxa fixa de 2,10% a.a. base 360 e vencimento para 15 de julho de 2020. Para mitigar risco da operação de empréstimo à variação cambial e taxa de juros foi contratado operação simultânea de swap, anulando o efeito da variação cambial e taxa de juros do contrato por valores em reais com um custo fixo em reais de 6,05% a.a. base 252, dias úteis.

Em julho de 2019, A Companhia realizou o pagamento antecipado das operações de repasse do BNDES contraídas em 2011, 2014 e 2017 (montante total de R\$ 719.000, com vida média de 1,57 e custos atrelados a TJLP, Selic e IPCA, com spreads de 3,10% a 9,50%), com o objetivo de otimizar os gastos financeiros. Para isto, foram emitidas debêntures simples no valor de R\$ 1 bilhão, com prazo de 5 anos, e custo de CDI + 0,49% a.a.

Até 31 de dezembro de 2019 foi utilizado o saldo de duas linhas garantidas disponíveis: R\$ 79.633 com o Bradesco no período de 25 de março a 12 de abril de 2019 e o valor de R\$ 6.300 com o Santander no período de 25 de março a 26 de março de 2019.

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Segue movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.315.944	581.165	445.287	669.816
Captações	<b>103.130</b>	<b>400.000</b>	<b>200.000</b>	-
Encargos provisionados	<b>153.813</b>	-	<b>33.970</b>	-
Encargos pagos	<b>(103.550)</b>	-	<b>(35.571)</b>	-
Variação monetária e cambial	-	<b>11.262</b>	<b>9.767</b>	<b>26.709</b>
Transferências	<b>572.473</b>	<b>(572.473)</b>	<b>(183)</b>	<b>183</b>
Amortizações	<b>(991.557)</b>	-	<b>(429.309)</b>	-
Juros incorporados ao principal	<b>(13.307)</b>	-	-	-
Ajuste a valor de mercado	-	-	<b>(104)</b>	<b>(1.398)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.036.946</b>	<b>419.954</b>	<b>223.857</b>	<b>695.310</b>

Abaixo seguem as condições contratuais:

Contratos	Objeto	Valor contratado	Desembolsado	Garantias
<b>Empréstimos</b>				
Citibank N.A (II)	Capital de Giro	320.000	100%	-
Santander Chile	Capital de Giro	277.718	100%	Enel Brasil
Itaú BBA International PLC	Capital de Giro	250.000	100%	Fiança
CITIBANK 4131 III	Capital de Giro	143.580	100%	Enel Brasil
BNP PARIBAS 4131	Capital de Giro	400.000	100%	Enel Brasil
SCOTIABANK 4131	Capital de Giro	200.000	100%	-
<b>Financiamentos</b>				
BNDES (Capex 2012-2013)	Financiamento do CAPEX 2012/2013	450.171	79%	Receíveis
* Vide nota 20				
<b>Partes relacionadas</b>				
Enel Brasil	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	175.703	100%	-
Enel Brasil	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	632.791	100%	-
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	100.588		

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, empréstimo com Citibank N.A e Itaú BBA Internacional PLC e Scotiabank, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019.

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Anual
CITIBANK N.A	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Anual
CITIBANK N.A	Dívida Financeira Líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Semestral
SCOTIABANK	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral

Contratos BNDES 2012 e 2013:

- Endividamento Financeiro Líquido é o Endividamento bancário de curto prazo mais Endividamento Bancário Longo Prazo menos o Disponível e Aplicações Financeiras (caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários).

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

- LAJIDA é o lucro líquido antes do resultado financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

Contratos Citibank N.A, Itaú BBA e Scotiabank.

- Endividamento financeiro líquido e Dívida Financeira Líquida consideram o endividamento total, excluindo a dívida com parte relacionada (mútuos subordinados), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências, para devedores duvidosos e baixa de títulos incobráveis (últimos 12 meses).

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

31.12.2019			
2021	2022	2023	Total não Circulante
703.566	408.257	3.441	1.115.264

Debêntures

	31.12.2019	31.12.2018	Emissão	Vencimento		Remuneração	Tipo de amortização	Quantidade de títulos
				Inicial	Final			
1ª série - 9ª emissão	601.170	601.511	15/12/2017	15/12/2017	15/12/2020	114% CDI	Bullet	600.000
1ª série - 10ª emissão	1.015.782	-	12/04/2019	12/04/2019	15/03/2024	108% CDI	Anual	1.000.000
(-) Custo de transação	<u>(2.419)</u>	<u>(2.074)</u>						
Total de debêntures	<u>1.614.533</u>	<u>599.437</u>						
Circulante	615.915	1.511						
Não circulante	<u>998.618</u>	<u>597.926</u>						
	<u>1.614.533</u>	<u>599.437</u>						

Em 31 de dezembro de 2019 as debêntures são simples e não conversíveis em ações.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Abaixo segue disposta a movimentação das debêntures no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>
Em 31 de dezembro de 2018	1.511	597.926	599.437
Captações	-	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>
Encargos provisionados	<b>84.575</b>	-	<b>84.575</b>
Encargos pagos	<b>(69.134)</b>	-	<b>(69.134)</b>
Constituição custo de transação	-	<b>(1.626)</b>	<b>(1.626)</b>
Apropriação custo de transação	<b>1.037</b>	<b>244</b>	<b>1.281</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>615.915</b>	<b>998.618</b>	<b>1.614.533</b>

Em 15 de março de 2019 se realizou a 10ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações em série única com recursos captados em R\$ 1 bilhão, tendo como data de liquidação 12 de abril de 2019. Os recursos liquidados captados tiveram como destinação o reperfilamento de dívidas da Companhia, tal como financiamentos contratados com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), pré-pagos em 15 de julho de 2019, bem como ao reforço do capital de giro. O pagamento será realizado de forma semestral a partir do penúltimo ano do contrato. Serão três parcelas de R\$ 333.333 que ocorrerão em 15 de março de 2023, 15 de setembro de 2023 e 15 de março de 2024.

A Companhia está sujeita à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2019.

<b>9ª e 10ª emissão</b>	
<b>Obrigações especiais financeiras</b>	<b>Limite</b>
Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50
Dívida financeira líquida / Dívida financeira líquida + PL	0,60

- Dívida Financeira Líquida considera o endividamento total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados) e reduzindo o valor de caixa e equivalentes de caixa.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos e baixas de títulos incobráveis (últimos 12 meses).

Abaixo é apresentada a curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante:

	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>Total</b>
1ª série - 10ª emissão	-	-	666.667	333.333	1.000.000
(-) Custo de transação	<b>(325)</b>	<b>(325)</b>	<b>(325)</b>	<b>(407)</b>	<b>(1.382)</b>
<b>Total a amortizar</b>	<b>(325)</b>	<b>(325)</b>	<b>666.342</b>	<b>332.926</b>	<b>998.618</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**16. Obrigações com benefícios pós-emprego (fundos de pensão)**

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados, corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasiletros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente.

A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

As principais características dos planos administrados pela Companhia seguem relacionadas:

**a) Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido)**

O custeio do plano é revisado anualmente em razão do resultado da avaliação atuarial preparados pela Brasiletros a fim de estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas, fundos e provisões para garantia das obrigações do plano.

- **Patrocinadora** - contribui com 3,02% da folha de salários para cobertura dos benefícios acrescido de parcela mensal correspondente a R\$ 206 para cobertura das despesas administrativas;
- **Participantes ativos** - contribuição com base em percentuais cumulativos, que variam de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social, acrescido de contribuição fixa de 1,10% sobre o salário;
- **Participantes assistidos** - contribuição com base em percentuais cumulativos, variando de 1,75% a 10%, em função do valor complemento de aposentados da faixa salarial e teto da previdência social.

Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia reconheceu o déficit atuarial no montante de R\$ 118.221 de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002 junto à Brasiletros, onde ficou estabelecido o prazo de 20 anos para amortização, com carência de 2 anos e meio e reajuste do saldo devedor em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais anuais. Para a posição de 31 de dezembro de 2019, o valor atualizado desse compromisso é de R\$ 79.393 de acordo avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

**b) Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida)**

- **Patrocinadora** - contribuição média de 6,55% da folha de salários dos participantes ativos não elegíveis ao recebimento do benefício pleno oferecido pelo plano, dos quais 4,88% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,67% destinados à cobertura das despesas administrativas.
- **Participantes ativos** - contribuição a partir de 2% do salário, conforme previsão regulamentar, sendo o percentual médio de contribuição observado a partir da população ativa equivalente a 5,10% da folha de salários dos participantes ativos.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia firmou dois contratos de dívida junto à Brasiletros nos anos de 2012 e 2013, nos montantes de R\$ 3.498 e R\$ 9.861, respectivamente, para compensar o acréscimo das provisões matemáticas dos participantes que se encontravam na condição de ativo no plano em 31 de dezembro de 2006 em função da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios de -1,5% para 0%a.a. que refletiu na redução da expectativa de recebimento do benefício vitalício.

Em função da situação deficitária registrada no plano em 2014 e a necessidade de restabelecer seu equilíbrio, a Companhia assumiu integralmente as obrigações decorrentes do resultado apurado no montante de R\$ 47.684 que foi objeto de contrato de confissão de dívida assinado em 30 de janeiro de 2015, com prazo de amortização de 15 anos e cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor será revisto ao final de cada ano, em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais.

Atualmente, os saldos dos contratos de confissão de dívida assumidos pela a Companhia com o PACV totaliza a quantia de R\$ 64.320, de acordo com avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

**c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)**

A Companhia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da Companhia até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela Companhia e pelo usuário.

**d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria**

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Terão direito ao benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Companhia.

**Avaliação atuarial**

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 463.222 (R\$ 429.975 em 31 de dezembro de 2018), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding). Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasiletros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**e) Movimentações atuariais**

	31.12.2019				Total
	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	140.053	75.153	196.022	18.747	429.975
Custo do serviço corrente	-	328	709	793	1.830
Custos do serviço passado	-	-	-	(3.980)	(3.980)
Custo dos juros líquidos	7.965	6.402	16.284	1.316	31.967
Contribuições reais do empregador	(46.603)	(8.453)	(18.394)	(475)	(73.925)
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	28.103	(1.219)	49.533	938	77.355
Saldos em 31 de dezembro de 2019	129.518	72.211	244.154	17.339	463.222
Não Circulante	129.518	72.211	244.154	17.339	463.222

▪ **Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação e do valor justo dos ativos dos planos**

	31.12.2019	31.12.2018
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.340.378	1.262.343
Custo dos serviços correntes	1.830	1.806
Custos dos juros	113.757	116.224
Contribuição de participantes do plano	26	27
Custos do serviço passado	(3.980)	-
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	232.443	75.563
Benefícios pagos pelo plano	(118.263)	(115.585)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	1.566.191	1.340.378

	31.12.2019	31.12.2018
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	933.966	866.404
Retorno esperado dos ativos do plano	81.790	82.813
contribuições recebidas de participantes do plano	26	27
Contribuições do empregador	73.926	75.237
Benefícios pagos pelo plano	(118.263)	(115.585)
Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	133.471	25.070
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	1.104.916	933.966

▪ **Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos**

	31.12.2019	31.12.2018
Valor presente das obrigações atuariais	1.566.191	1.340.378
Valor justo dos ativos	(1.104.916)	(933.966)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	461.275	406.412
(Ativo) passivo atuarial líquido	461.275	406.412
Efeito do reconhecimento de dívidas contratadas	1.947	23.563
(Ativo) passivo atuarial líquido apurado	463.222	429.975
Não Circulante	463.222	429.975

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

▪ **Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado**

	31.12.2019	31.12.2018
Custo do serviço corrente bruto	1.830	1.806
Custos do serviço passado	(3.980)	-
Custo do serviço líquido	<u>(2.150)</u>	<u>1.806</u>
Juros sobre a obrigação atuarial	113.757	116.224
Rendimento esperado dos ativos no ano	(81.790)	(82.813)
Juros líquidos sobre o passivo	<u>31.967</u>	<u>33.411</u>
Total reconhecido na DRE	<u>29.817</u>	<u>35.217</u>

▪ **Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes**

	31.12.2019	%	31.12.2018	%
Renda fixa	857.168	77,58%	633.640	67,84%
Renda variável	126.892	11,48%	90.092	9,65%
Investimentos imobiliários	107.250	9,71%	116.550	12,48%
Outros	13.606	1,23%	93.684	10,03%
Total do valor justo dos ativos do plano	<u>1.104.916</u>	<u>100%</u>	<u>933.966</u>	<u>100%</u>

▪ **Retorno real dos ativos dos planos**

	31.12.2019	31.12.2018
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	232.443	75.563
(Ganho)/Perda sobre os ativos	(133.470)	(25.070)
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	(21.617)	(72.940)
Montante reconhecido no exercício em ORA	<u>(77.356)</u>	<u>22.447</u>

▪ **As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:**

Especificação	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	7,28%	7,33%	6,81%	7,07%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,28%	7,33%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

▪ Despesa esperada para o exercício de 2020

	2020
Custo do serviço corrente	3.288
Custos dos juros	29.495
<b>Total de despesas</b>	<b>32.783</b>

▪ Análise de sensibilidade

Taxa de Desconto	PCA		PACV		Plano Médico		Plano de Pensão	
	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)
Impacto da obrigação do benefício definido	957.997	1.049.494	288.038	318.946	243.516	242.427	16.761	17.961
<b>Total da obrigação do benefício definido</b>	<b>957.997</b>	<b>1.049.494</b>	<b>288.038</b>	<b>318.946</b>	<b>243.516</b>	<b>242.427</b>	<b>16.761</b>	<b>17.961</b>

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**17. Partes relacionadas**

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	31.12.2019			31.12.2018			Receita (Despesa)	
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	31.12.2019	31.12.2018
Benefícios pós-emprego	Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	Até o final da concessão	-	-	463.222	-	-	429.975	(29.817)	(35.217)
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)	ENEL X Brasil S.A.	Setembro de 2018 a setembro de 2019	103	3.371	-	81	905	-	(5.225)	(1.790)
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016.	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	Fevereiro de 2024	1.931	1.230	-	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Brasil		100	-	-	-	445	-	-	-
	ENEL Brasil S.A.		-	18.959	-	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		-	-	-	-	244	-	-	-
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Até o final da concessão	-	633	-	-	612	-	(7.379)	(7.925)
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		-	-	-	-	-	-	473	-
	ENEL Green Power Parapanema		-	77	-	-	97	-	(886)	(1.121)
	ENEL Green Power Mourão		-	22	-	-	-	-	(249)	-
	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		-	94	-	-	-	-	(855)	-
	ENEL Green Power Fazenda S.A.		-	75	-	-	-	-	(572)	-
	ENEL Green Power Salto do Apicás S.A.		-	302	-	-	-	-	(1.410)	-
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		-	102	-	-	-	-	(1.119)	-
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		-	117	-	-	-	-	(1.037)	-
	ENEL Green Power Cristalândia I Eólica S.A.		-	-	-	-	-	-	(232)	-
ENEL Green Power Cristalândia II Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	(464)	-		
Reembolso de despesas de viagens (projetos)	ENDESA S.A.	20/10/2009	-	162	-	-	161	-	-	
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	-	417	-	-	491	-	(4.135)	(4.258)
	ENEL Brasil S.A.	Dezembro de 2018 a dezembro de 2019	-	87.917	-	-	38.059	-	-	-
Dividendos	ENEL Américas S.A.	Dezembro de 2018 a dezembro de 2019	-	24.479	-	-	24.479	-	-	(3.252)
	ENEL Brasil S.A.		-	989.956	-	-	914.662	-	(77.505)	(79.827)
Mútuo(*)	ENEL Geração Fortaleza - CGTF	2015 a 2020	-	-	-	-	108.791	-	(8.525)	(8.202)
	ENEL Brasil S.A.		-	1.888	-	-	-	-	(1.937)	-
Comissão de Fiança	ENEL Brasil S.A.	07/02/2022	-	-	-	-	-	-	(503)	-
	ENEL Américas S.A.	07/03/2019	-	-	-	-	-	-	-	-
Compartilhamento de recurso especializado para gerenciamento e apoio operacional.	ENEL SPA	Até o final da concessão	257	-	-	109	-	-	149	107
	ENEL GLOBAL INFRASTRUCTURE AND NETWORK		-	403	-	-	-	-	(392)	-
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM	ENEL Itália	Até o final da concessão	-	4.521	-	-	5.060	-	-	-
	ENEL Ibérica SLR		-	1.387	-	-	-	-	-	-
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 338, de 06 de fevereiro de 2019.	ENEL distribuição SPA	Fevereiro de 2024	-	-	-	-	3.254	-	-	-
	ENEL Distribuição Ceará - COELCE		2.447	31	-	406	697	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		504	-	-	-	3	-	-	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		28	377	-	26	377	-	-	-
	ENEL Distribuição Goiás - CELG D		1.965	186	-	-	1.045	-	-	-
	ENEL Brasil S.A.		23.654	-	-	339	15.324	-	-	(10.411)
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		13	183	-	-	-	-	-	-
ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	-	1.925	-	-	-	-	-	-		
ENEL CIEN S.A.	65	-	-	-	-	-	-	-		
			<b>31.067</b>	<b>1.138.814</b>	<b>463.222</b>	<b>961</b>	<b>1.114.706</b>	<b>429.975</b>	<b>(142.093)</b>	<b>(151.423)</b>
		(-) Benefícios pós-emprego	-	-	463.222	-	-	429.975	(29.817)	(35.217)
	<b>TOTAL DE PARTES RELACIONADAS</b>		<b>31.067</b>	<b>1.138.814</b>	<b>-</b>	<b>961</b>	<b>1.114.706</b>	<b>-</b>	<b>(112.276)</b>	<b>(186.640)</b>

A seguir são apresentados detalhes dos mútuos que foram referenciados (\*):

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Em 07 de agosto de 2019 a Companhia realizou a novação do mútuo subordinado que possui com sua controladora Enel Brasil no montante de R\$ 191.540, com nova data de vencimento para 31 de março de 2020 a uma taxa de CDI + 0,57%, de acordo com a anuência da ANEEL nº 2.979 que prevê que a taxa do contrato deve ser definida a cada desembolso mediante apresentação de 3 (três) cotações com características semelhantes, sendo o custo do mútuo equivalente a menor cotação apresentada. Diferente da anuência anterior (nº 2.559) que previa a taxa de CDI + 1,65% a.a. Nessa novação a Companhia realizou um custo de IOF no montante de R\$ 1.893

Em 10 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a novação dos mútuos não subordinados que possui com sua controladora Enel Brasil, os 12 mútuos que a Companhia possuía com vencimento em 10 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 788.003, com taxa de CDI + 2,75% que foram contratados de acordo com a anuência da ANEEL nº 3.994, foram novados em uma única operação no mesmo montante das operações vencidas (R\$788.003), com vencimento em 31 de março de 2020 e a taxa de CDI + 0,7% de acordo com a anuência nº 2.979. Nessa novação a Companhia realizou um custo de IOF no montante de R\$ 3.690.

	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	Encargo	Principal		Encargo	Principal	
<b>Empréstimos com partes relacionadas</b>						
Enel Brasil Mútuo Subordinado	-	196.029	-	-	182.723	-
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	2.234	791.693	-	99.148	632.791	-
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF Mútuo Não Subordinado	-	-	-	8.203	100.588	-
<b>Total de Empréstimos com partes relacionadas</b>	<b>2.234</b>	<b>987.722</b>	<b>-</b>	<b>107.351</b>	<b>916.102</b>	<b>-</b>

  

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Encargos de empréstimos com partes relacionadas</b>		
Enel Brasil Mútuo Subordinado	13.307	13.793
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	64.198	66.034
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF Mútuo Não Subordinado	8.525	8.202
<b>Total de Encargos de empréstimos com parte relacionada</b>	<b>86.030</b>	<b>88.029</b>

Segue movimentação dos mútuos com partes relacionadas:

	Enel Brasil	Enel Fortaleza	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	914.662	108.791	1.023.453
Encargos provisionados	64.198	8.524	72.722
Captações	3.690	-	3.690
Encargos pagos	(5.900)	(16.727)	(22.627)
Amortizações	-	(100.588)	(100.588)
Juros incorporado ao capital	13.306	-	13.306
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>989.956</b>	<b>-</b>	<b>989.956</b>

### Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	31.12.2019	31.12.2018
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	5.060	4.741
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	619	167
<b>Total</b>	<b>5.679</b>	<b>4.908</b>

**18. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios**

	31.12.2018	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.12.2019
Trabalhistas (a)	283.327	40.302	(54.271)	32.937	(16.818)	<b>285.477</b>
Cíveis (b)	283.636	207.742	(89.565)	29.809	(116.015)	<b>315.607</b>
Fiscais (c)	30.811	52	(7.701)	606	96	<b>23.864</b>
Regulatório (d)	4.430	9.238	(353)	-	(11.871)	<b>1.444</b>
<b>Total</b>	<b>602.204</b>	<b>257.334</b>	<b>(151.890)</b>	<b>63.352</b>	<b>(144.608)</b>	<b>626.392</b>

As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

**a) Riscos trabalhistas**

Englobam reclamações de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

**b) Riscos cíveis**

Grande parte da provisão está vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

**c) Riscos fiscais**

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 14.150 (R\$13.846 em 31 de dezembro de 2018).

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. Provisões equivalentes a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 6.255, valor total do auto de R\$ 15.636, (R\$ 6.136 e R\$ 15.340 em 31 de dezembro de 2018) e de R\$ 548, valor total do auto R\$ 2.738 (R\$536 e R\$2.678 em 31 de dezembro de 2018, respectivamente).

**d) Riscos regulatórios**

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

A ANEEL enviou no dia 21 de junho de 2019 o Certificado de Descumprimento Parcial do Temo de Compromisso de Ajuste de Conduta – TAC nº 028/2016. O compromisso solicitado pela Companhia foi emitido em substituição à penalidade de multa aplicada por meio do Auto de Infração nº 101/2014-SFE, oriunda de Fiscalização de Qualidade Técnica de realizada em 2014 de valor nominal de R\$ 17.884. Pelo TAC assinado, a Companhia se comprometia a investir o valor de R\$ 21.461 visando, dentre outros compromissos, a melhoria dos indicadores de qualidade de determinados conjuntos elétricos.

Para verificação do cumprimento do TAC, a ANEEL fiscalizou in loco no período entre 4 e 8 de junho de 2018, tendo como resultado o registro de 5 Não Conformidades. Após manifestação da Companhia, foi mantida pela ANEEL apenas uma não conformidade, que gerou multa de R\$ 7.388.

Destaca-se que, pela natureza do acordo firmado, não cabe recurso administrativo para o certificado de descumprimento. Desta forma o pagamento ocorreu, conforme prazo determinado, em 03 de julho de 2019.

**Contingências passivas com risco possível**

A Companhia possui, basicamente, ações de natureza trabalhista, cível e fiscal, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas possíveis estão assim representadas:

	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Trabalhistas	305.607	295.839
Cíveis	1.192.158	1.059.926
Fiscais	1.900.780	1.816.598
Juizados especiais	164.067	146.593
<b>Total</b>	<b>3.562.612</b>	<b>3.318.956</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A seguir são apresentados os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

**Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN)**

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 1.300.168 (R\$ 1.271.519 em 31 de dezembro 2018).

**COFINS**

Execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O STF inadmitiu o recurso da Companhia, a qual apresentou embargos de declaração e posteriormente agravo interno que aguardam julgamento. Valor envolvido neste processo atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 169.437 (R\$ 166.068 em 31 de dezembro de 2018).

**Temas estaduais**

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 335.843 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 270.604 em 31 de dezembro de 2018), que tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; (iv) comparação entre informes gerenciais, livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; (v) quebra de diferimento de isentos e (vi) cobranças de ICMS originadas da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia e (vii) multa formal por erro no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN").

**Temas municipais**

No âmbito municipal, a Companhia discute com os Municípios de Niterói e Rio das Ostras temas referentes à Taxa de Uso de Solo que juntos somam o valor de R\$ 19.147 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 38.709 em 31 de dezembro de 2018). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, nos montantes de R\$ 12.367 e R\$ 2.314 respectivamente, em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 12.112 e R\$ 2.243 em 31 de dezembro de 2018, respectivamente).

A Companhia discute com o Município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 41.096 (R\$ 39.399 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2019 de R\$ 20.409 (R\$ 15.944 em 31 de dezembro de 2018).

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**Ativo Contingente**

**Exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS**

Em março de 2017 o STF decidiu o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos.

A Companhia discute o tema em ação judicial desde 2008 e foi proferida sentença favorável em consonância com o precedente do STF, reconhecendo o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS e segue aguardando o julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região do recurso de apelação apresentado pela União Federal.

Por se tratar de ativo contingente, nenhum registro foi efetuado pela Companhia.

**Depósitos vinculados a litígios**

A Companhia possui alguns depósitos vinculados a ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Trabalhistas	166.204	160.002
Cíveis	59.363	54.013
Fiscais	701	556
<b>Total</b>	<b>226.268</b>	<b>214.571</b>

**19. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica**

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A composição destas obrigações:

Obrigações Especiais	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
<b>Em serviço</b>		<b>(593.132)</b>	<b>(173.440)</b>	<b>(766.572)</b>
Participação da União, Estados e Municípios		(434)	(246)	(680)
Participação Financeira do Consumidor		(290.111)	(138.965)	(429.076)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(30.766)	(14.560)	(45.326)
Pesquisa e desenvolvimento		(15.435)	(3.554)	(18.989)
Outros		(256.386)	(16.115)	(272.501)
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>		<b>223.415</b>	<b>69.995</b>	<b>293.410</b>
Participação da União, Estados e Municípios	<b>4,10%</b>	198	109	307
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	<b>4,10%</b>	12.281	5.875	18.156
Pesquisa e Desenvolvimento	<b>4,10%</b>	3.991	1.434	5.425
Outros	<b>4,10%</b>	206.945	62.577	269.522
<b>Total</b>		<b>(369.717)</b>	<b>(103.445)</b>	<b>(473.162)</b>

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Reavaliação (B)	Reclassificação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas (A) + (B) =	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
<b>Em serviço</b>	<b>(622.314)</b>	-	<b>(144.258)</b>	-	<b>(766.572)</b>	<b>(144.258)</b>	<b>(766.572)</b>	(622.314)
Participação da União, Estados e Municípios	(680)	-	-	-	(680)	-	(680)	(680)
Participação Financeira do Consumidor	(429.076)	-	-	-	(429.076)	-	(429.076)	(429.076)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(45.326)	-	-	-	(45.326)	-	(45.326)	(45.326)
Pesquisa e Desenvolvimento	(18.989)	-	-	-	(18.989)	-	(18.989)	(18.989)
Outros	(128.243)	-	(144.258)	-	(272.501)	(144.258)	(272.501)	(128.243)
Excedente de reativos	-	-	-	63.317	-	-	-	-
Outros	(128.243)	-	(144.258)	(63.317)	(335.818)	(144.258)	(335.818)	(128.243)
<b>(-) Amortização acumulada - AIS</b>	<b>197.073</b>	<b>23.773</b>	<b>72.564</b>	-	<b>293.410</b>	<b>96.337</b>	<b>293.410</b>	197.071
Participação da União, Estados e Municípios	279	26	-	-	305	26	305	405
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	137.453
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	16.397	1.759	-	-	18.156	1.759	18.156	23.822
Pesquisa e Desenvolvimento	4.655	769	-	-	5.424	769	5.424	6.007
Outros	175.742	21.219	72.564	-	269.525	93.783	269.525	29.384
<b>Em curso</b>	<b>(95.689)</b>	<b>(5.151)</b>	-	-	<b>(100.840)</b>	<b>(5.151)</b>	<b>(100.840)</b>	(95.689)
Participação da União, Estados e Municípios	(6.701)	-	-	-	(6.701)	-	(6.701)	(6.701)
Participação Financeira do Consumidor	(12.589)	(2.043)	-	12.589	(14.632)	(2.043)	(14.632)	(12.589)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(2.187)	-	-	-	(2.187)	-	(2.187)	(2.187)
Valores Pendentes de Recebimento	(74.212)	-	-	-	(74.212)	-	(74.212)	(74.212)
Outros	-	(3.108)	-	(64.746)	(3.108)	(3.108)	(3.108)	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	52.157	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(520.930)</b>	<b>18.622</b>	<b>(71.694)</b>	-	<b>(574.002)</b>	<b>(53.072)</b>	<b>(574.002)</b>	(520.932)

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**20. Taxas regulamentares**

	31.12.2019	31.12.2018
Conta de desenvolvimento energético - CDE (Vide nota 9) (a)	295.284	328.062
Programas de P&D e PEE	85.229	108.570
Outros	24.103	1.643
<b>Total</b>	<b>404.616</b>	<b>438.275</b>
<b>Circulante</b>	<b>353.558</b>	<b>375.897</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>51.058</b>	<b>62.378</b>

**(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Conforme previsto na Resolução Homologatória nº 2.521, de 20 de março de 2019, o período de vigência da cobrança do encargo CDE-ACR se encerrou no mês de agosto de 2019. O saldo apresentado refere-se ao montante não compensado contabilmente proveniente de decisão liminar conforme comentado na nota 9.

**21. Patrimônio líquido**

**a) Capital social**

O capital social é de R\$ 2.498.230 em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2019		31.12.2018	
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Enel Brasil S.A.	166.191.392	99,73	166.191.392	99,73
Outros	442.934	0,27	442.934	0,27
<b>Total de ações em circulação</b>	<b>166.634.326</b>	<b>100</b>	<b>166.634.326</b>	<b>100</b>

**b) Capital Social Autorizado**

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo 1º, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 1.000.000.000,00, até o limite de R\$ 2.498.230.386,65, mediante a emissão de ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**c) Reserva de capital**

	31.12.2019	31.12.2018
Remuneração do imobilizado em curso	20.946	20.946
Reserva de ágio	2.308	2.308
	<b>23.254</b>	<b>23.254</b>

**d) Reserva de lucros**

	31.12.2019	31.12.2018
Reserva legal	135.904	121.941
Reserva de reforço de capital de giro	452.189	304.231
	<b>588.093</b>	<b>426.172</b>

(i) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social, tal reserva será constituída ao final do exercício caso a Companhia permaneça com o resultado positivo.

(ii) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

**e) Destinação dos resultados**

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro do exercício	165.702	58.869
(-) Reserva legal	(13.963)	(8.562)
(+) Reversão de dividendos prescritos	56	-
Lucro ajustado	151.795	50.307
Dividendo mínimo obrigatório	<b>(66.338)</b>	<b>(40.671)</b>
	<b>85.457</b>	<b>9.636</b>
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	<b>(51.055)</b>	14.814
Constituição / Realização da reserva regulatória	<b>39.866</b>	<b>46.943</b>
Prejuízos acumulados	<b>73.690</b>	-
Valor transferidos ou (absorvidos) para a reserva de reforço de capital de giro	<b>147.958</b>	<b>71.393</b>

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia mantém em seu passivo como dividendos a pagar com Enel Brasil S.A e Enel Américas o montante de R\$ 21.758 e R\$ 24.479, respectivamente, referentes ao lucro de 2014. A postergação do pagamento destes dividendos foi aprovada pela Holding para serem pagos até dezembro de 2020. Adicionalmente, o saldo remanescente de R\$ 249 refere-se a dividendos prescritos a serem baixados.

**f) Outros resultados abrangentes**

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa líquidos dos impostos atualizado até 31 de dezembro de 2019 de R\$ 697 (saldo negativo no montante R\$ 2.807 em 31 de dezembro de 2018) conforme composição abaixo:

	31.12.2019	31.12.2018
Ganho (perda) de instrumentos financeiros derivativos	1.056	(4.253)
Tributos Diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos	(359)	1.446
<b>Total</b>	<b>697</b>	<b>(2.807)</b>

**22. Receita Líquida**

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		31.12.2019	31.12.2018
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018		
<b>Fornecimento - Faturado</b>	<b>2.646.922</b>	<b>2.665.806</b>	<b>9.036</b>	<b>8.987</b>	<b>7.580.307</b>	<b>6.945.976</b>
Residencial	2.423.623	2.428.518	4.834	4.755	4.189.107	3.900.766
Industrial	3.455	3.784	228	274	232.249	258.000
Comercial	139.115	151.896	1.914	1.930	1.887.297	1.743.043
Rural	63.050	64.017	175	232	129.620	131.884
Poder público	13.794	13.759	513	486	480.401	382.431
Iluminação pública	1.880	1.878	564	567	335.596	299.985
Serviço público	1.981	1.930	305	303	225.545	149.975
Suprimento e revenda	24	24	503	440	100.492	79.892
<b>Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>274.315</b>	<b>255.028</b>
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>2.646.922</b>	<b>2.665.806</b>	<b>9.036</b>	<b>8.987</b>	<b>7.854.622</b>	<b>7.201.004</b>
<b>Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado</b>	<b>484</b>	<b>353</b>	<b>2.538</b>	<b>2.430</b>	<b>787.317</b>	<b>595.346</b>
Consumidores Cativos	-	-	-	-	-	-
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	484	353	2.538	2.430	787.317	595.346
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-	-	-	(86.777)	157.813
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	(165.832)	129.591
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	(9.705)	116.917
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.	-	-	-	-	88.760	(88.695)
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	-	-	18.443	-
Serviços cobráveis	-	-	-	-	111.963	93.341
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido - Bandeira	-	-	-	-	49.530	29.360
Subvenção baixa renda	-	-	-	-	35.238	41.461
Subvenção de recursos da CDE	-	-	-	-	207.139	185.084
<b>Total</b>	<b>2.647.406</b>	<b>2.666.159</b>	<b>11.574</b>	<b>11.417</b>	<b>8.977.475</b>	<b>8.303.409</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**23. Pessoal e Administradores**

<b>Despesa de pessoal</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Remuneração	(129.297)	(98.831)
Encargos sociais	(46.943)	(37.058)
Provisão de férias e 13º salário	(15.928)	(14.575)
Plano de saúde	(4.664)	(5.882)
Previdência privada	(10.653)	(15.577)
Participação nos resultados	(13.351)	(16.068)
Auxílio alimentação e outros benefícios	(25.393)	(9.414)
Outros	41.258	(7.098)
(-) Transferência para ativo imobilizado e intangível	65.225	60.017
<b>Total</b>	<b>(139.746)</b>	<b>(144.486)</b>

**24. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

	<b>31.12.2019</b>		<b>31.12.2018</b>	
	<b>Imposto de renda</b>	<b>Contribuição social</b>	<b>Imposto de renda</b>	<b>Contribuição social</b>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	<b>247.128</b>	<b>247.128</b>	<b>106.204</b>	<b>106.204</b>
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	0%	10%	0%
	<b>(61.758)</b>	<b>(22.242)</b>	<b>(26.527)</b>	<b>(9.558)</b>
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Incentivos fiscais	1.317	-	(84)	-
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	<b>965</b>	<b>292</b>	<b>(8.114)</b>	<b>(3.052)</b>
Bônus Diretoria	(528)	(190)	(240)	(86)
Perdão de Dívida	(31)	(11)	(1.518)	(547)
Multas Regulatórias	-	-	(1.540)	(554)
Outras despesas indedutíveis	<b>1.524</b>	<b>493</b>	<b>(4.816)</b>	<b>(1.865)</b>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<b>(59.476)</b>	<b>(21.950)</b>	<b>(34.725)</b>	<b>(12.610)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>(64.530)</b>	<b>(23.769)</b>	<b>(730)</b>	<b>5.101</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>5.054</b>	<b>1.819</b>	<b>(33.995)</b>	<b>(17.711)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>(59.476)</b>	<b>(21.950)</b>	<b>(34.725)</b>	<b>(12.610)</b>
Total	<b>(59.476)</b>	<b>(21.950)</b>	<b>(34.725)</b>	<b>(12.610)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>24,07%</b>	<b>8,88%</b>	<b>32,70%</b>	<b>11,87%</b>

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	31.12.2019	31.12.2018
<b><u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>		
Provisão para créditos de liquidação duvidosas	100.476	92.222
Provisão para perdas em estoque	-	3.574
Provisão para déficit previdenciário	202.220	175.919
Provisão para ações judiciais e regulatórias	212.973	204.750
SWAP - debêntures	2.117	3.845
Provisão para desativação	13.770	13.770
Outras provisões	110.691	138.578
	<u>642.247</u>	<u>632.658</u>
<b><u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>		
Reserva de reavaliação regulatória ("VNR")	339.441	231.388
SWAP - debêntures	24.982	23.403
Diferido perdas de bens	12.164	-
	<u>376.587</u>	<u>254.791</u>
Total	<u>265.660</u>	<u>377.867</u>

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**25. Custos/despesas operacionais**

	31.12.2019				31.12.2018			
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(95.922)	-	(43.824)	(139.746)	(91.929)	-	(52.557)	(144.486)
Material	(13.591)	-	(2.368)	(15.959)	(17.220)	-	(2.943)	(20.163)
Serviços de terceiros	(366.096)	(15.419)	(64.381)	(445.896)	(354.590)	(12.797)	(59.343)	(426.730)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.781.364)	-	-	(2.781.364)	(2.570.202)	-	-	(2.570.202)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(525.037)	-	-	(525.037)	(474.658)	-	-	(474.658)
Depreciação e amortização	(371.032)	-	(23.173)	(394.205)	(348.721)	-	(20.913)	(369.634)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	(242.573)	-	(242.573)	-	(81.582)	-	(81.582)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(103.546)	(103.546)	-	-	(39.175)	(39.175)
Outras despesas operacionais	(110.755)	-	(27.343)	(138.098)	(112.464)	-	(44.090)	(156.554)
<b>Subtotal</b>	<b>(4.263.797)</b>	<b>(257.992)</b>	<b>(264.635)</b>	<b>(4.786.424)</b>	<b>(3.969.784)</b>	<b>(94.379)</b>	<b>(219.021)</b>	<b>(4.283.184)</b>

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**26. Resultado financeiro**

	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
<b><u>Receitas financeiras</u></b>		
Renda de aplicação financeira	20.575	11.253
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	64.711	53.791
Multa por impontualidade de clientes	41.205	28.637
Variação monetária	10.668	13.369
Atualização credito de Cofins	-	1.302
Variação cambial de dívida	144.815	191.617
Dívida - Marcação a mercado	29.091	64.427
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	209.855	377.294
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	34.235	48.724
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	34.230	71.946
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	33.923	8.628
Ganho disputa judicial Fumas	103.625	-
Outras receitas financeiras	14.619	5.054
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(6.634)	(4.443)
<b>Subtotal</b>	<b>734.918</b>	<b>871.599</b>
<b><u>Despesas financeiras</u></b>		
Variação monetária de dívidas	(11.262)	(53.896)
Variação cambial de dívidas	(181.291)	(355.046)
Dívida - Marcação a mercado	(27.589)	(59.984)
Encargos de dívidas	(101.754)	(39.416)
Juros debêntures	(84.575)	(42.594)
Atualização de Provisão para processos judiciais e outros	(63.352)	(64.469)
Encargos fundo de pensão	(31.967)	(33.411)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	(173.426)	(213.901)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	(34.712)	(59.125)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(53.289)	(101.822)
Encargos de mútuos	(86.030)	(88.029)
IOF/IOC	(4.986)	(9.750)
Encargos com venda de recebíveis	(13.486)	(102.284)
Custos pré-pagamento BNDES	(28.063)	-
Outras despesas financeiras	(38.292)	(84.120)
<b>Subtotal</b>	<b>(934.074)</b>	<b>(1.307.847)</b>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(199.156)</b>	<b>(436.248)</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**27. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro**

**Considerações gerais**

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

**Fatores de risco**

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Rio de Janeiro. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

**a) Risco de crédito**

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros:

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e equivalentes de caixa	303.062	267.076
Títulos e valores mobiliários	106.258	81.777
Instrumentos financeiros derivativos - swap	132.540	98.833
Consumidores e outras contas a receber	1.413.755	983.866
Ativos financeiros setoriais	164.520	223.189
	<b>2.120.135</b>	<b>1.654.741</b>

Em 31 de dezembro de 2019, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com as seguintes classificação de risco realizada pela Agencia Standard & Poor's (escala nacional):

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.12.2019	31.12.2018
AAA	275.400	143.962
AA+	95.784	89.349
Banco Central do Brasil	-	43.633
Numerário em trânsito	38.136	71.228
Não avaliado	-	681
<b>Total geral</b>	<b>409.320</b>	<b>348.853</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
AA-	<b>132.540</b>	98.833
<b>Total geral</b>	<b>132.540</b>	98.833

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

**b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente podem afetar a tarifa de energia e consequentemente, a receita oriunda do fornecimento de energia da Companhia e ainda, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

**c) Risco de câmbio**

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas ao dólar da Companhia possuem contratos de swap (Dólar para Real e Libor para CDI/Spread para CDI).

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	31.12.2019
<b>Passivos em Moeda Estrangeira</b>	
Empréstimos e Financiamento	<b>919.167</b>
Exposição Patrimonial	<b>919.167</b>
Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros	<b>(879.310)</b>
Exposição Cambial Total	<b>39.857</b>

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros e inflação, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são swaps de moeda (câmbio) ou taxas de juros e inflação sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

**d) Risco de encargos de dívida**

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 75% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, SELIC, TJLP, IPCA e Libor), sendo que 1% eram atreladas a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com recursos BNDES.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.12.2019	%	31.12.2018	%
Selic	33.072	8,91%	16.346	6%
CDI	314.842	84,82%	248.383	89%
Pré-Fixado	23.270	6,27%	12.896	5%
<b>Total</b>	<b>371.184</b>	<b>100%</b>	<b>277.625</b>	<b>100%</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

<b>Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Derivativos e Arrendamentos</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>%</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>%</b>
Taxa fixa	708.835	18,15%	586.548	16,70%
TJLP	24.978	0,64%	374.288	10,65%
Selic	-	0,00%	110.593	3,15%
CDI	3.147.490	80,61%	2.087.341	59,42%
IPCA	-	0,00%	303.671	8,64%
Libor	23.404	0,60%	50.375	1,43%
<b>Total</b>	<b>3.904.707</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.512.816</b>	<b>100%</b>

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

**e) Risco de liquidez**

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro, imediatamente disponíveis por meio de contratos firmados com bancos de primeira linha no valor de R\$ 180.000. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua controladora Enel Brasil aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 1.700.000, dos quais, em 31 de dezembro de 2019, estavam disponíveis o montante de R\$ 720.783.

Das dívidas classificadas no curto prazo, o montante de R\$ 989.956 refere-se a crédito com a controladora Enel Brasil cuja exigibilidade é flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures detalhados nas Notas 16 e 17, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de endividamento em relação ao patrimônio líquido é de 49% (48% em 31 de dezembro de 2018).

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	31.12.2019	31.12.2018
Dívida Financeira e Arrendamentos	3.904.707	3.512.816
Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários	(409.320)	(348.853)
Dívida Líquida (a)	3.495.387	3.163.963
Patrimônio líquido (b)	3.660.976	3.495.551
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	49%	48%

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2019						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	19.444	35.859	273.990	854.193	-	1.183.486
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	4.276	26.179	28.883	395.630	-	454.968
Debêntures	-	25.128	652.326	1.139.139	-	1.816.593
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	-	987.901	-	-	-	987.901
Obrigações por arrendamentos	669	6.977	5.113	23.083	10.805	46.647
<b>Total</b>	<b>24.389</b>	<b>1.082.044</b>	<b>960.312</b>	<b>2.412.045</b>	<b>10.805</b>	<b>4.489.595</b>

### Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Categoria	Nível	31.12.2019		31.12.2018	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalente de caixa					
Títulos e valores mobiliários					
Consumidores					
Instrumentos financeiros derivativos - swap					
Instrumentos financeiros derivativos - swap					
Empréstimos com partes relacionadas em moeda nacional					
Ativos financeiros setoriais					
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional					
Debêntures em moeda nacional					
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira					
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira					
Instrumentos financeiros derivativos - Swap					
Instrumentos financeiros derivativos - Swap					
Passivos financeiros setoriais					
Fornecedores					

As aplicações financeiras registradas nas Demonstrações Contábeis (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**Valor justo hierárquico**

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

**Instrumento financeiro derivativo**

Com finalidade de evitar riscos com variações cambiais, para as dívidas atreladas ao dólar (24,05% do total), a Companhia realizou operações de hedge por meio de contrato de swap, trocando taxa e variação cambial por CDI+spread ou apenas spread de forma a garantir que a Companhia não fique exposta a possíveis variações do mercado.

Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados nas demonstrações de resultados. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou um resultado positivo não realizado na operação de swap no montante de R\$ 132.540 (R\$ 98.833 em 31 de dezembro 2018), e possui reconhecido o saldo positivo das perdas com os instrumentos financeiros derivativos reconhecidos diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes no valor de R\$ 5.309 (saldo negativo no montante de R\$ 17.229 em 31 de dezembro 2018). A variação de R\$ 22.358, deve-se principalmente pelo aumento do dólar que ocorreu no ano de 2019, gerando resultados positivos nos derivativos.

	<b>Derivativos</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>98.833</b>
Juros SWAP	(19.062)
Variação cambial SWAP	36.430
Marcação a mercado no resultado	(478)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	5.309
Pagamentos	11.508
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>132.540</b>

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos a seguir:

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2019					
Instrumentos financeiros derivativos – Swap – pagamentos / (recebimentos)	1.444	2.647	(6.489)	(135.586)	(137.984)
<b>Total</b>	<b>1.444</b>	<b>2.647</b>	<b>(6.489)</b>	<b>(135.586)</b>	<b>(137.984)</b>

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) de 31 de dezembro de 2019 estão dispostos a seguir:

Derivativo	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Diferença	Valor de referência (Notional) BRL
Swap Fixo (USD) x DI 05.07.16 Itaú	53.415	56.439	(3.024)	250.000
Swap Libor x DI 28.03.18 Citibank	70.418	66.249	4.169	320.000
Swap Fixo (USD) x Pré R\$ 15.07.19 Scotiabank	11.821	9.852	1.969	200.000
<b>Total</b>	<b>135.654</b>	<b>132.540</b>	<b>3.114</b>	<b>770.000</b>

**Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros**

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide a seguir análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2019 estabelecida por meio das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3 (antiga BM&F). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Ativo	Risco	Base	Cenários projetados - Dez.2021		
		31.12.2019	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	33.072	1.425	1.069	713
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	314.842	13.570	10.178	6.785
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pré-fixado	23.270	1.003	-	-
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(540.582)	(27.691)	(33.756)	(39.759)
Instrumentos financeiros derivados	Pré-fixado	(206.187)	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados	Alta da Libor	367.136	19.296	104.016	174.741
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	512.174	20.856	87.947	143.697
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	(486.194)	(35.521)	(35.521)	(35.521)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	(528.628)	(20.067)	(90.691)	(149.377)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(24.978)	(895)	(1.032)	(1.167)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Selic	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(2.606.908)	(82.393)	(102.180)	(121.763)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(390.540)	(20.526)	(110.646)	(185.880)
			<b>(130.943)</b>	<b>(170.616)</b>	<b>(207.531)</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
ITAÚ 4131	20.014	90.478	70.464	149.031	129.017
ITAÚ 4131 SWAP PA	(20.856)	(87.947)	(67.091)	(143.697)	(122.841)
ITAÚ 4131 SWAP PP	11.919	14.816	2.897	17.681	5.762
CITIBANK 4131 II	20.526	110.646	90.120	185.880	165.354
CITIBANK 4131 II - SWAP PA	(19.296)	(104.016)	(84.720)	(174.741)	(155.445)
CITIBANK 4131 II - SWAP PP	15.772	18.940	3.168	22.078	6.306
SCOTIABANK 4131	8.292	32.936	24.644	53.414	45.122
SCOTIABANK 4131 - SWAP PA	(8.239)	(32.723)	(24.484)	(53.068)	(44.829)
SCOTIABANK 4131 - SWAP PP	6.071	6.071	-	6.071	-
<b>Total</b>	<b>34.203</b>	<b>49.201</b>	<b>14.998</b>	<b>62.649</b>	<b>28.446</b>

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI e da Libor sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* são compensadas inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa.

## 28. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$2.414.839 em 2020, R\$2.537.620 em 2021, R\$2.574.990 em 2022, R\$2.807.737 em 2023 e R\$51.113.294 após 2023.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 que foram homologados pela ANEEL.

## 29. Participação nos resultados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a provisão de participação nos resultados (regime de competência) foi de R\$ 13.351 e R\$ 16.068 respectivamente.

## 30. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2019	31/10/2020	R\$ 1.782.602	R\$ 4.441.236
Responsabilidade civil	01/11/2019	31/10/2020	N/A	R\$ 79.642

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 31. Revisão e reajuste tarifário

#### 32.1. Resumo da revisão tarifária provisória

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 12 de março de 2019, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2019 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 15 de março de 2019. A ANEEL aprovou um reajuste de +9,70% composto por (i) reajuste econômico de +4,73%, sendo 4,04% de Parcela A e 0,69% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +6,47%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -1,50%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +9,70%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2019	
Encargos Setoriais	0,14%
Energia Comprada	4,43%
Encargos de Transmissão	-0,72%
Receitas Irrecuperáveis	0,19%
<b>Parcela A</b>	<b>4,04%</b>
<b>Parcela B</b>	<b>0,69%</b>
<b>Reajuste Econômico</b>	<b>4,73%</b>
CVA Total	9,43%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	-2,96%
<b>Reajuste Financeiro</b>	<b>6,47%</b>
<b>Reajuste Total</b>	<b>11,20%</b>
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-1,50%
<b>Efeito para o consumidor</b>	<b>9,70%</b>

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

- (i) **Parcela A:** Reajustada em 6,04%, representando 4,04% no reajuste econômico com os seguintes componentes:
- Encargos setoriais – aumento de 0,79%, representando 0,14% no reajuste econômico em função, principalmente, do aumento de 35,18% do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”);
  - Energia comprada – aumento de 11,71%, decorre principalmente do aumento do custo das Cotas (Lei nº12.783/2013), de Itaipu e da elevação dos montantes de energia nova e de fontes alternativas dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR. O aumento do custo da compra de energia representa 4,43% no reajuste econômico;
  - Encargos de transmissão – redução de 7,13% decorrente principalmente da redução da Receita Anual Permitida da Rede Básica em relação ao ciclo anterior, representando -0,72% no reajuste econômico;

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

- Receitas Irrecuperáveis – aumento de 18,32% decorrente dos novos valores regulatórios definidos após a conclusão da revisão tarifária de 2018. Este item representou 0,19% no reajuste econômico.
- (ii) **Parcela B:** Reajustada em 2,07%, representando uma participação de 0,69% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:
- IPCA de 3,82%, no período de 12 meses findos em março de 2018; e
  - Fator X de 0,69%, composto por:
    - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 0,87%;
    - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,19%; e
    - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 0,00%, previamente definido na 4ªRTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.
- (iii) **Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de R\$ 351.265, dentre os quais destaca-se: R\$ 520.391 referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), neutralidade de Encargos Setoriais de R\$ 29.352, Sobrecontratação de R\$ 229.585 negativo, Financeiro Eletronuclear negativo de R\$ 90.387, recálculo Revisão Tarifária de 2018 de R\$ 21.819 e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 159.088.

Vale destacar que o financeiro da Eletronuclear decorre de decisão proferida pelo Despacho nº 695/2019, de 12 de março de 2019, que manteve a decisão do Despacho nº 2.741/2018, de modo a reverter para modicidade tarifária, no processo de Reajuste Tarifário de 2019 da Enel RJ, o valor de R\$ 90.387

Já o financeiro sobre o recálculo revisão tarifárias de 2018, refere-se à aprovação pela ANEEL do resultado definitivo da Quarta Revisão Tarifária Periódica da Enel RJ, ocorrida em 2018, dado que a Base de Remuneração Regulatória (BRR) e a trajetória de perdas não técnicas haviam sido definidas de forma provisória. Com a definição da BRR, houve a necessidade de corrigir a base tarifária econômica em R\$ 20.052 em DRA, além da consideração de um componente financeiro de R\$ 21.819 (a preços de mar/18). Ademais, foi fixado o referencial regulatório para perdas de energia para os reajustes de 2019 a 2022.

O reajuste tarifário médio de +9,70% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo 9,65% e 9,72% para alta e baixa tensão, respectivamente.

#### **Reajuste tarifário de 2019 – Republicação das Tarifas**

Em 26 de março de 2019, a ANEEL decidiu republicar as tarifas da Enel RJ em virtude da quitação antecipada da CDE Conta ACR, o que gerou um reajuste médio 7,59% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição percebido pelos consumidores, sendo de 7,89% em média para os consumidores conectados em Alta Tensão (AT) e de 7,49% em média para aqueles conectados em Baixa Tensão (BT). Tais tarifas são válidas a partir de 1º de abril de 2019.

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O índice final é composto pelos seguintes itens:

<b>Reajuste Tarifário 2019 Republicação</b>	
Encargos Setoriais	0,14%
Energia Comprada	4,43%
Encargos de Transmissão	-0,72%
Receitas Irrecuperáveis	0,18%
<b>Parcela A</b>	<b>4,03%</b>
<b>Parcela B</b>	<b>0,69%</b>
<b>Reajuste Econômico</b>	<b>4,72%</b>
CVA Total	7,34%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	-2,96%
<b>Reajuste Financeiro</b>	<b>4,38%</b>
<b>Reajuste Total</b>	<b>9,10%</b>
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-1,51%
<b>Efeito para o consumidor</b>	<b>7,59%</b>

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**32. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário**

Apresentamos a seguir a reconciliação das informações apresentadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil com as informações regulatórias.

	31/12/2019			31/12/2018		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	303.062	-	303.062	267.076	-	267.076
Títulos e valores mobiliários	106.258	-	106.258	81.777	-	81.777
Consumidores e outras contas a receber	1.468.059	(114.264)	1.353.795	914.449	12.001	926.450
Ativo financeiro setorial	138.062	235.413	373.475	229.300	213.433	442.733
Subvenção CDE - desconto tarifário	295.867	-	295.867	322.098	-	322.098
Tributos a compensar	143.446	-	143.446	145.833	-	145.833
Serviço em curso	32.788	-	32.788	55.270	-	55.270
Instrumentos financeiros derivativos - swap	14.953	-	14.953	13.766	-	13.766
Outros créditos	108.455	16.011	124.466	66.468	13.123	79.591
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.610.950</b>	<b>137.160</b>	<b>2.748.110</b>	<b>2.096.037</b>	<b>238.557</b>	<b>2.334.594</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Consumidores e outras contas a receber	24.126	35.834	59.960	34.593	22.823	57.416
Ativo financeiro setorial	26.458	42.005	68.463	-	77.504	77.504
Depósitos vinculados a litígios	226.268	-	226.268	214.571	-	214.571
Tributos a compensar	87.433	-	87.433	104.458	-	104.458
Serviço em curso	16.600	-	16.600	35.596	-	35.596
Instrumentos financeiros derivativos - swap	128.279	-	128.279	98.364	-	98.364
Tributos diferidos	276.807	365.440	642.247	322.338	310.320	632.658
Ativo indenizável (concessão)	3.613.155	(3.613.155)	-	3.378.495	(3.378.495)	-
Imobilizado	106.893	7.362.096	7.468.989	61.175	6.764.373	6.825.548
Intangível	2.649.716	(2.322.637)	327.079	2.673.290	(2.409.521)	263.769
Ativos contratuais	801.077	(801.077)	-	677.482	(677.482)	-
Investimentos	-	2.902	2.902	-	3.313	3.313
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>7.956.812</b>	<b>1.071.408</b>	<b>9.028.220</b>	<b>7.600.362</b>	<b>712.835</b>	<b>8.313.197</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>10.567.762</b>	<b>1.208.568</b>	<b>11.776.330</b>	<b>9.696.399</b>	<b>951.392</b>	<b>10.647.791</b>

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	31/12/2019			31/12/2018		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<b>PASSIVO</b>						
<b><u>PASSIVO CIRCULANTE</u></b>						
Fornecedores	899.501	598	900.099	758.868	-	758.868
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.876.718	-	1.876.718	1.762.742	-	1.762.742
Obrigações por arrendamentos	12.759	(12.759)	-	-	-	-
Salários, provisões e encargos sociais	38.864	-	38.864	48.143	-	48.143
Obrigações fiscais	202.650	-	202.650	119.762	-	119.762
Dividendos a pagar	112.824	-	112.824	87.184	-	87.184
Passivos financeiros setoriais	-	235.413	235.413	-	213.433	213.433
Taxa regulamentares	347.743	5.815	353.558	375.897	-	375.897
Instrumentos financeiros derivativos - swap	6.523	-	6.523	7.680	-	7.680
Outras obrigações	112.087	-	112.087	84.657	-	84.657
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>3.609.669</b>	<b>229.067</b>	<b>3.838.736</b>	<b>3.244.933</b>	<b>213.433</b>	<b>3.458.366</b>
-	-	-	-	-	-	-
<b><u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>						
Fornecedores	-	-	-	454	-	454
Passivo financeiro setorial	-	42.005	42.005	6.111	77.504	83.615
Tributos diferidos	-	376.587	376.587	-	254.791	254.791
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.113.882	-	2.113.882	1.848.907	-	1.848.907
Obrigações por arrendamentos	33.888	(33.888)	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	463.222	-	463.222	429.975	-	429.975
Provisão para processos judiciais e outros	626.392	-	626.392	602.204	-	602.204
Instrumentos financeiros derivativos - swap	4.169	-	4.169	5.617	-	5.617
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-	574.006	574.006	-	520.932	520.932
Taxa regulamentares	51.058	-	51.058	62.378	-	62.378
Outras obrigações	4.506	-	4.506	269	-	269
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.297.117</b>	<b>958.710</b>	<b>4.255.827</b>	<b>2.955.915</b>	<b>853.227</b>	<b>3.809.142</b>
-	-	-	-	-	-	-
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>						
Capital social	2.498.230	-	2.498.230	2.498.230	-	2.498.230
Reserva de capital	23.254	-	23.254	23.254	-	23.254
Reserva de lucro	1.138.795	(550.702)	588.093	976.874	(550.702)	426.172
Reserva de reavaliação regulatória	-	645.183	645.183	-	435.434	435.434
Outros resultados abrangentes	697	-	697	(2.807)	-	(2.807)
Prejuízos acumulados	-	(73.690)	(73.690)	-	-	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.660.976</b>	<b>20.791</b>	<b>3.681.767</b>	<b>3.495.551</b>	<b>(115.268)</b>	<b>3.380.283</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>10.567.762</b>	<b>1.208.568</b>	<b>11.776.330</b>	<b>9.696.399</b>	<b>951.392</b>	<b>10.647.791</b>

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	31/12/2019			31/12/2018		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Receita / ingresso						
Fornecimento de energia elétrica	7.726.308	128.314	7.854.622	6.949.855	171.258	7.121.113
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(34.543)	34.543	-	79.892	-	79.892
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	787.317	-	787.317	595.346	-	595.346
Venda de Energia Excedente - MVE	18.443	-	18.443	-	-	-
Outras receitas	342.424	61.446	403.870	467.980	118.735	349.245
Receita de construção	718.037	(718.037)	-	669.723	(669.723)	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	52.969	(139.746)	(86.777)	171.317	(13.504)	157.813
	<b>9.610.955</b>	<b>(633.480)</b>	<b>8.977.475</b>	<b>8.934.113</b>	<b>(630.704)</b>	<b>8.303.409</b>
Deduções da receita bruta						
Tributos e encargos						
ICMS	(2.176.670)	-	(2.176.670)	(1.946.365)	-	(1.946.365)
PIS-PASEP	(149.433)	-	(149.433)	(137.588)	-	(137.588)
Cofins	(688.296)	-	(688.296)	(633.737)	-	(633.737)
ISS	(4.189)	-	(4.189)	(3.681)	-	(3.681)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(25.654)	-	(25.654)	17.298	-	17.298
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(628.684)	-	(628.684)	(747.874)	-	(747.874)
Programa de eficiência energética - PEE	(25.655)	-	(25.655)	(23.520)	-	(23.520)
Taxa de fiscalização	(8.088)	-	(8.088)	(7.619)	-	(7.619)
Outros encargos	-	(38.098)	(38.098)	9.863	(4.551)	5.312
	<b>(3.706.669)</b>	<b>(38.098)</b>	<b>(3.744.767)</b>	<b>(3.473.223)</b>	<b>(4.551)</b>	<b>(3.477.774)</b>
Receita líquida / ingresso líquido	<b>5.904.286</b>	<b>(671.578)</b>	<b>5.232.708</b>	<b>5.460.890</b>	<b>(635.255)</b>	<b>4.825.635</b>
Custos não gerenciáveis - parcela "A"						
Energia elétrica comprada para revenda	(2.781.364)	-	(2.781.364)	(2.570.202)	-	(2.570.202)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(525.037)	-	(525.037)	(474.658)	-	(474.658)
	<b>(3.306.401)</b>	<b>-</b>	<b>(3.306.401)</b>	<b>(3.044.860)</b>	<b>-</b>	<b>(3.044.860)</b>
Resultado antes dos custos gerenciáveis	<b>2.597.885</b>	<b>(671.578)</b>	<b>1.926.307</b>	<b>2.416.030</b>	<b>(635.255)</b>	<b>1.780.775</b>

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	31/12/2019			31/12/2018		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Resultado antes dos custos gerenciáveis	<b>2.597.885</b>	<b>(671.578)</b>	<b>1.926.307</b>	<b>2.416.030</b>	<b>(635.255)</b>	<b>1.780.775</b>
Custos gerenciáveis - parcela "B"						
Pessoal e administradores	(139.746)	-	(139.746)	(144.486)	-	(144.486)
Serviços de terceiros	(445.896)	-	(445.896)	(426.730)	-	(426.730)
Material	(15.959)	-	(15.959)	(20.163)	-	(20.163)
Arrendamentos e aluguéis	2.387	(12.967)	(10.580)	(10.565)	-	(10.565)
Seguros	(4.959)	-	(4.959)	(3.218)	-	(3.218)
Doações, contribuições e subvenções	(1.781)	-	(1.781)	(1.547)	-	(1.547)
Provisão créditos de liquidação duvidosa	(126.391)	(116.182)	(242.573)	(136.444)	54.862	(81.582)
Provisão para processos judiciais e outros	(103.546)	-	(103.546)	(39.175)	-	(39.175)
Tributos	(2.667)	-	(2.667)	(1.920)	-	(1.920)
Depreciação e amortização	(417.073)	22.868	(394.205)	(314.717)	(54.917)	(369.634)
Outros despesas operacionais	(57.544)	(60.567)	(118.111)	(87.602)	(51.702)	(139.304)
Receita de multa por impuntualidade de clientes	64.711	(64.711)	-	53.791	(53.791)	-
Outras receitas operacionais	11.916	(11.916)	-	7.983	(7.983)	-
Custo de construção	(718.037)	718.037	-	(669.723)	669.723	-
	<b>(1.954.585)</b>	<b>474.562</b>	<b>(1.480.023)</b>	<b>(1.794.516)</b>	<b>556.192</b>	<b>(1.238.324)</b>
Resultado da atividade	<b>643.300</b>	<b>(197.016)</b>	<b>446.284</b>	<b>621.514</b>	<b>(79.063)</b>	<b>542.451</b>
Resultado financeiro	<b>(220.700)</b>	<b>21.546</b>	<b>(199.156)</b>	<b>(351.958)</b>	<b>(84.290)</b>	<b>(436.248)</b>
Receitas financeiras	709.997	24.921	734.918	951.425	(79.826)	871.599
Despesas financeiras	(930.697)	(3.375)	(934.074)	(1.303.383)	(4.464)	(1.307.847)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	<b>422.600</b>	<b>(175.470)</b>	<b>247.128</b>	<b>269.556</b>	<b>(163.353)</b>	<b>106.204</b>
Imposto de renda	(105.003)	45.526	(59.476)	(72.208)	37.483	(34.725)
Contribuição social	(38.339)	16.388	(21.950)	(26.102)	13.492	(12.610)
Lucro do exercício	<b>279.258</b>	<b>(113.556)</b>	<b>165.702</b>	<b>171.246</b>	<b>(112.378)</b>	<b>58.869</b>
Lucro por ação originado das operações	1,67587		0,99440	1,02768		0,35328
Básico - lucro de operações						
Atribuíveis a acionistas controladores	1,67142		0,99176	1,02494		0,35234
Detentores de ações ordinárias	1,67587		0,00264	1,02768		0,00094
Diluído - lucro de operações						
Atribuíveis a acionistas controladores	1,67142		0,99176	1,02494		0,35234
Detentores de ações ordinárias	1,67587		0,00264	1,02768		0,00094

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A seguir apresentamos a natureza e as devidas fundamentações dos ajustes apresentados nos quadros dispostos acima:

**32.1 Provisão estimada para créditos de liquidações duvidosas**

A diferença de GAAP decorre de o fato do Regulador não ter acatado no balancete regulatório os impactos da implementação dos IFRSs vigentes a partir de 01.01.2018, ou seja, do IFRS 9, que resultou em mudanças nos critérios de mensuração da provisão para recuperação de ativos.

O cálculo da PECLD (Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa) no balancete regulatório toma por base as regras constantes no MCSE, que determinam o reconhecimento da provisão para cada morosidade de classe de consumo - tomando por base dados históricos, enquanto que para fins do IFRS 9 a provisão considera dados históricos e expectativas futuras de perda, havendo uma análise individual ou coletiva para determinados perfis ou grupos de clientes.

**32.2 Ativos e passivos regulatórios**

Para fins regulatórios, a Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” é constituída pelo valor de reposição dos custos da Parcela “A” ocorridos em períodos intercalares às datas de reajuste/revisão tarifária por natureza (CVA Energia, Custo de Itapu, Proinfra, Rede Básica, Transporte Itapu, ESS, CDE, CFURH e os demais ativos e passivos regulatórios), sendo a sua classificação contábil apresentada no ativo, quando CVA é credora, e no passivo, quando esta é devedora. Para fins societários, a Companhia, com base no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração reconhece o efeito líquido da CVA tanto em contas patrimoniais como no resultado do período, baseada no fundamento de que a sua realização ocorrerá pelo valor líquido total, independente da natureza.

Em decorrência da entrada em vigor do Despacho nº 4.356/17 que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual redefiniu os registros contábeis aprovados inicialmente no Ofício Circular nº 185/2015, retificado pelo Despacho de Encerramento nº 245/2016 relativos aos repasses recebidos/devidos à CCRBT. Na situação em que haja um repasse à CCRBT pela distribuidora será registrado como encargo do consumidor; na situação em que haja um repasse da CCRBT à concessionária será registrado um direito a receber da CCRBT em Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido. Vale ressaltar que apenas no societário, a Companhia reclassifica o efeito devedor ou credor da bandeira tarifária da CCRBT para a Parcela A.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrava os efeitos da CCRBT da seguinte forma:

- No societário, o repasse recebido/devido à CCRBT, aprovado no Despacho, bem como a proveniente de bandeiras tarifárias, eram registrados como receita CVA, exceto, o valor correspondente a bandeira tarifária que vinha sendo registrado como fornecimento faturado.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

- No regulatório, o repasse recebido/devido à CCRBT, aprovado no Despacho, bem como a proveniente de bandeiras tarifárias, eram registrados como receita CVA, exceto, o valor correspondente a bandeira tarifária que vinha sendo registrado como encargo ao consumidor.

### **32.3 Tributos diferidos**

As diferenças de classificação contábil apresentadas no quadro de reconciliação das demonstrações contábeis societárias para a regulatórias ocasionaram em estornos na constituição de tributos diferidos sobre o resultado financeiro do IFRIC 12, bem como sobre os tributos diferidos relativos à reavaliação regulatória.

### **32.4 Ativos financeiros da concessão**

Para fins societários a Companhia reconhece a expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) tomando por base o laudo de avaliação dos bens vinculados a concessão acrescido da atualização monetária dos saldos tomando por base a variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA").

Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão ("ICPC 01"), mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

O valor correspondente a parcela indenizável da concessão está classificada como imobilizado ou vinculado a concessão, diferentemente do societário que apresenta este montante como um ativo financeiro e não um ativo não monetário.

### **32.5 Imobilizado**

#### **32.5.1 Reavaliação compulsória**

Os ajustes decorrem dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos mensurados pelo Valor Novo de Reposição ("VNR") atribuído na reavaliação do ativo pelo órgão regulador (ANEEL), segundo a Resolução ANEEL nº 396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a Adoção da Lei nº 11.638/2007 – conforme disposto no CPC 27 - Imobilizado. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

#### **32.5.2 Depreciação**

Os ajustes são decorrentes da realização mensal das cotas de depreciação dos ativos que tiveram reavaliação regulatória, quando da revisão tarifária realizada em setembro de 2013 e homologada em fevereiro de 2014.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**32.6 Intangível**

**32.6.1 Reavaliação compulsória**

Os ajustes decorrem dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos mensurados pelo Valor Novo de Reposição (“VNR”) atribuído na reavaliação do ativo pelo órgão regulador (ANEEL), segundo a Resolução ANEEL 396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a adoção da Lei nº 11.638/2007 – conforme disposto no CPC 04 – Ativo Intangível. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

**32.6.2 Amortização**

Os ajustes são decorrentes da realização mensal das cotas de amortização dos ativos que tiveram reavaliação regulatória, quando da revisão tarifária realizada em setembro de 2013 e homologada em fevereiro de 2014.

**32.7 Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (“obrigações especiais”)**

As obrigações especiais são créditos especiais vinculados aos investimentos aplicados em ativos vinculados à concessão. As obrigações especiais são amortizadas conforme a taxa média de depreciação do grupo do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos. Nas demonstrações contábeis regulatórias societárias as obrigações especiais são classificadas como redutoras do ativo intangível em serviço. Já nas demonstrações contábeis regulatórias, com base no MCSE e ratificado através do despacho nº 3.371, de 22 de dezembro de 2016 da ANEEL, é requerida a divulgação das obrigações especiais no passivo não circulante.

**32.8 Receita Operacional**

**32.8.1. Efeito CPC 47 (IFRS/15)**

Estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente.

Após análise detalhada dessas receitas, a Companhia concluiu que as mesmas são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente.

Com base nas análises realizadas, a Companhia concluiu que a adoção desse pronunciamento impactou as suas demonstrações contábeis societárias na classificação das penalidades de seus indicadores individuais de desempenho (DIC, FIC, DMIC e DICRI) que foram reclassificadas de despesa operacional para receita operacional (redutora da receita de TUSD).

Para fins de contabilidade regulatória, esta prática contábil não é adotada, permanecendo os critérios definidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Assim sendo, essa norma não impacta no resultado líquido do período, somente entre receita e despesa operacional, visto que na demonstração regulatória o DIC, FIC, DMIC e DICRI é contabilizado como despesa operacional.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**33. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)**

**33.1 Ativo financeiro**

Conforme comentado na Nota 32.4, no regulatório não é constituído o ativo financeiro da concessão estando este montante refletido no valor residual dos bens vinculados a concessão no imobilizado/intangível, enquanto que para fins do ICPC 01 este montante deve ser reclassificado para um ativo financeiro devido a sua natureza contábil de conversibilidade em caixa ao final da concessão (indenização).

**33.2 Ativo intangível**

Conforme comentado na Nota 32.5, no Regulatório os bens vinculados a concessão estão classificados no Imobilizado ou Intangível a depender da classificação do bem ser tangível ou intangível. Contudo, para fins de ICPC 01, os valores vinculados a concessão passam a ser considerados com um direito de cobrar dos clientes usuários do serviço de distribuição objeto do contrato de concessão ou do órgão regulador a remuneração do custo de construção e manutenção desses ativos.

**33.3 Receita e custo de construção (resultado)**

Para fins societários, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica em atendimento ao CPC 17 (R1) - Contratos (serviços de construção ou melhoria). A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

No que tange à contabilidade regulatória tal prática não foi recepcionada pela ANEEL, que não reconhece ser os custos do investimento, custo e receita de construção.

**33.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)**

A atualização monetária do ativo financeiro constituído no societário, toma por base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). O critério de atualização monetária comentado seguiu as orientações da Resolução Normativa nº 686 de 23/11/2015, que dispõe que a base de remuneração dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, deverá ser atualizada pelo pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária anual.

A contabilidade regulatória não recepcionou a nova classificação dos bens vinculados à concessão para o ativo pelo ICPC-01, e desta forma a remuneração deste ativo financeiro também não deve ser informação considerada no Regulatório.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**33.5 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)**

Conforme comentado na Nota 32.3 os ajustes entre as demonstrações do resultado societária com a regulatória são decorrentes de mudanças no resultado do período, como a do IFRIC 12, tendo ocasionados mudanças na apuração dos tributos diferidos. A base de cálculo desses tributos tem apenas sua evidenciação na contabilidade societária, pois não fora recepcionada pelo órgão regulador, bem como sobre os tributos diferidos relativos à reavaliação regulatória.

**34 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório 2019 e 2018**

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Patrimônio líquido societário</b>	<b>3.660.976</b>	<b>3.495.551</b>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Adoção da PDD segundo os critérios do IFRS 9	(68.235)	47.947
Tributos sobre a adoção do IFRS 9	23.200	(16.302)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(935.907)	(891.820)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis (ICPC 01)	318.210	303.223
Ajustes ICPC 01 - Efeito bifurcação	35.776	(6.631)
Tributo sobre ajuste ICPC 01 - Efeito bifurcação	(12.164)	-
Reavaliação regulatória compulsória	997.510	679.708
Tributo sobre reavaliação regulatória compulsória	(339.444)	(231.393)
Adoção dos arrendamentos segundo os critérios do IFRS 16	2.795	-
Tributos sobre arrendamentos - IFRS 16	(950)	-
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b>3.681.767</b>	<b>3.380.283</b>

Conforme comentado nas Notas 32.5.1 e 32.6.1, a reavaliação regulatória compulsória originou a diferença entre o valor contábil e o VNR, tendo como base a última revisão tarifária da Companhia. Esta reavaliação tomou por base os termos da Resolução nº 396/2010, que especifica que o registro desta deve ser feito no Grupo 243.01 Patrimônio Líquido - Reserva de Reavaliação. A variação evidenciada entre os ciclos de revisão tarifária decorre da realização das quotas de depreciação, baixas efetuadas nos ativos imobilizados que foram reavaliados pelo órgão regulador, quando da revisão tarifária em 2014 e realização dos impostos diferidos.

Em função dos ajustes comentados nos itens anteriores a reserva de capital de giro é impactada pela a diferença existente no prejuízo societário para regulatório, conforme conciliação no quadro a seguir:

**Ampla Energia e Serviços S.A.**  
**CNPJ nº 33.050.071/0001-58**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**35 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório 2019 e 2018**

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro líquido (prejuízo) conforme contabilidade societária	279.258	171.246
Efeito dos Ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Adoção da PDD segundo os critérios do IFRS 9	(116.182)	54.842
Tributos sobre a adoção do IFRS 9	39.502	(18.654)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(44.087)	(133.617)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis (ICPC 01)	14.990	45.430
Ajustes ICPC 01 - Efeito bifurcação	42.407	(13.455)
Tributo sobre ajuste ICPC 01 - Efeito bifurcação	(12.164)	-
Reavaliação regulatória compulsória	(60.405)	(71.143)
Tributos sobre a reserva de reavaliação regulatória compulsória	20.537	24.200
Adoção dos arrendamentos segundo os critérios do IFRS 16	2.796	-
Tributos sobre arrendamentos - IFRS 16	(950)	-
Outras despesas	-	20
Lucro líquido (prejuízo) conforme contabilidade regulatória	<u>165.702</u>	<u>58.869</u>

O detalhamento acerca destas variações encontra-se comentado na Nota 33.

**Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias 2019**

Os Diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. (“Enel Distribuição Rio” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ/MF Nº 33.050.071/0001-58, com sede na Praça Leoni Ramos nº 1, Bairro São Domingos, Niterói - RJ, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Niterói – RJ, 27 de Julho de 2020

Diretor Presidente - Artur Manuel Tavares Resende  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Julia Freitas de Alcântara Nunes  
Diretor de Recursos Humanos e Organização - VAGO  
Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto  
Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro  
Diretor (a) de Regulação - Anna Paula Hiotte Pacheco  
Diretor (a) jurídico (a) - Cristine de Magalhães Marcondes  
Diretora de Compras - Margot Frota Cohn Pires  
Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle - Julia Freitas de Alcântara Nunes  
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes - Artur Manuel Tavares Resende  
Diretor de Planejamento e Engenharia - Fernando Andrade  
Diretora de Mercado - Márcia Sandra Roque Vieira Silva

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO 2019

### Prezados Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Ampla Energia e Serviços S.A (“Enel Distribuição Rio” ou “Companhia”) submete à apreciação o Relatório da Administração Regulatório e as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia, com o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2018, exceto quando especificado em contrário.

## 1 AMBIENTE REGULATÓRIO\*

### Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. No ano de 2019, as bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

**Bandeira verde:** condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.

**Bandeira amarela:** condições de geração menos favoráveis.

De 01/02/2017 a 30/04/2018: A tarifa sofreu acréscimo de R\$ 2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.203/2017);

De 01/05/2018 a 30/06/2019: A tarifa amarela sofreu redução e ficou estipulada em R\$ 1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.392/2018).

De 01/07/2019 a 31/10/2019: A tarifa amarela sofreu acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2551/19).

A partir de 01/11/19: A tarifa sofreu acréscimo de R\$ 1,343 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2628/19).

**Bandeira vermelha:** condições mais custosas de geração.

De 01/11/2017 a 30/04/2018: A tarifa teve acréscimo de R\$ 3,00 para o patamar 1 enquanto o patamar 2 passou a ser R\$ 5,00 para cada 100 kWh consumidos (Audiência Pública 061/2017);

De 01/05/2018 a 30/06/2019: As tarifas tiveram os seguintes acréscimos: R\$ 3,00 (patamar 1) e R\$ 5,00 (patamar 2) para cada 100 kWh consumidos (REH 2.392/2018).

De 01/07/2019 a 31/10/2019: Acréscimos nas tarifas de R\$ 4,00 (patamar 1) e R\$ 6,00 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2551/19).

A partir de 01/11/19: Acréscimos nas tarifas de R\$ 4,169 (patamar 1) e R\$ 6,243 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2628/19).

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

As bandeiras tarifárias que vigoraram ao longo de 2019 e 2018, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2019	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarela	Verde	Amarela	Vermelha (Patamar 1)	Vermelha (Patamar 1)	Amarela	Vermelha (Patamar 1)	Amarela
PLD gatilho - R\$/MWh	116,53	283,16	286,02	167,83	114,92	42,35	175,44	224,19	200,18	233,59	292,87	225,92

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária definido pela CCEE.

2018	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarela	Vermelha (Patamar 2)	Amarela	Verde				
PLD gatilho - R\$/MWh	189,63	157,28	184,91	40,16	193,36	425,01	505,18	505,18	490,74	377,47	140,51	56,74

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária definido pela CCEE.

### Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 22 de dezembro de 2017, a Resolução Homologatória n.º 2.364 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2018. O PLD máximo foi fixado em R\$ 505,18/MWh e o valor mínimo em R\$ 40,16/MWh. Esses limites vigoraram por todo o ano de 2018, iniciando em 1º de janeiro de 2018.

Em 18 de dezembro de 2018, a Resolução Homologatória n.º 2.498 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2019. O PLD máximo foi fixado em R\$ 513,89/MWh e o valor mínimo em R\$ 42,35/MWh. Esses limites vigoraram por todo o ano de 2019, iniciando em 1º de janeiro de 2019.

Em 17 de dezembro de 2019, a Resolução Homologatória n.º 2.655 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2020. O PLD máximo foi fixado em R\$ 559,75/MWh e o valor mínimo em R\$ 39,68/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2020.

### Reajuste Tarifário Anual

Em 12/03/19, a Aneel aprovou o reajuste tarifário da Enel Distribuição Rio. O reajuste para consumidores de baixa tensão, em sua maioria clientes residenciais, foi de 9,72%, e para os clientes de média e alta tensão, em geral indústrias e grandes comércios, o índice aprovado foi de 9,65%. O reajuste que foi homologado por meio da resolução homologatória nº 2.519 resultou, em média, de 9,70% e vigorou de 15 a 31 de março de 2019.

### Revisão Tarifária Extraordinária

A revisão extraordinária foi necessária devido à decisão da Diretoria da Aneel do dia 20 de março de 2019, que autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) a concluir o acordo com grupo de oito bancos para antecipar a quitação da chamada CDE Conta-ACR para setembro de 2019. Assim, os consumidores deixaram de realizar os desembolsos mensais para a conta a partir de outubro de 2019.

Esses efeitos foram refletidos na tarifa da Enel Distribuição Rio, por meio da resolução homologatória nº 2.523, que passou o efeito médio percebido pelos consumidores de 9,70% a 7,59%, com vigência de 01 de abril de 2019 a 14 de março de 2020.

A revisão para consumidores de baixa tensão alterou o aumento de 9,72% para 7,49% e para os clientes de média e alta tensão o índice aprovado de 9,65% para 7,89%.

## 2 PRINCIPAIS INDICADORES

Destques do Período	Em 31 de Dezembro			Var. %
	2019	2018	Varição	
Receita Bruta (R\$ mil)	8.977.475	8.303.409	674.066	8,1%
Receita Líquida (R\$ mil)	5.232.708	4.825.635	407.073	8,4%
EBITDA (1) (R\$ mil)	840.489	912.085	(71.596)	-7,8%
Margem EBITDA (%)	16,06%	18,90%	-	-2,84 p.p
EBIT (2) (R\$ mil)	446.284	542.451	(96.167)	-17,7%
Margem EBIT (%)	8,53%	11,24%	-	-2,71 p.p
Lucro Líquido/Prejuízo (R\$ mil)	165.702	58.868	106.834	>100,0%
Margem Líquida	3,17%	1,22%	-	1,95 p.p
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	11.562	11.417	145	1,3%
CAPEX (R\$ mil)*	713.076	674.285	38.791	5,8%
DEC (12 meses)*	13,17	14,10	(0,93)	-6,6%
FEC (12 meses)*	8,30	8,13	0,17	2,1%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	98,20%	97,01%	-	1,19 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	22,38%	21,07%	-	1,31 p.p
Nº de Consumidores Totais*	2.938.895	3.107.905	(169.010)	-5,4%
Nº de Colaboradores (Próprios)*	966	970	(4)	-0,4%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	1.442	1.392	49	3,6%
PMSO (3)/Consumidor*	367,17	277,98	89	32,0%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	366	379	(13)	-3,4%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros*	8.020	8.201	(181)	-2,2%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço e (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

## 3 DESEMPENHO OPERACIONAL

Número de Consumidores*	Em 31 de Dezembro			Var. %
	2019	2018	Varição	
	(Unidades)			
Residencial - Convencional	2.314.444	2.297.932	16.512	0,7%
Residencial - Baixa Renda	109.179	130.586	(21.407)	-16,4%
Industrial	3.455	3.784	(329)	-8,7%
Comercial	139.115	151.896	(12.781)	-8,4%
Rural	63.050	64.017	(967)	-1,5%
Setor Público	17.655	17.567	88	0,5%
<b>Mercado Cativo</b>	<b>2.646.898</b>	<b>2.665.782</b>	<b>(18.884)</b>	<b>-0,7%</b>
Residencial	1	1	-	-
Industrial	117	101	16	15,8%
Comercial	333	218	115	52,8%
Setor Público	33	33	-	-
<b>Clientes Livres</b>	<b>484</b>	<b>353</b>	<b>131</b>	<b>37,1%</b>
Revenda	24	24	-	-
Consumo Próprio	351	326	25	7,7%
<b>Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados</b>	<b>2.647.757</b>	<b>2.666.485</b>	<b>(18.728)</b>	<b>-0,7%</b>
Consumidores Ativos Não Faturados	291.138	441.420	(150.282)	-34,0%
<b>Total - Número de Consumidores</b>	<b>2.938.895</b>	<b>3.107.905</b>	<b>(169.010)</b>	<b>-5,4%</b>

A Companhia encerrou 2019 com uma redução de 0,7% no número de consumidores faturados em relação ao registrado em 2018. A redução observada entre os períodos analisados deve-se, principalmente, a exigência regulatória de atualização cadastral. Os clientes sem informação cadastral foram suspensos até regularizar sua situação junto à Companhia.

Em 2019 os investimentos voltados para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 272 milhões.

Venda e Transporte de Energia*	Em 31 de Dezembro			
	2019	2018	Variação	Var. %
	(GWh)			
Mercado Cativo	8.521	8.547	(26)	-0,3%
Clientes Livres	2.538	2.430	108	4,5%
Revenda	503	440	63	14,3%
<b>Total - Venda e Transporte de Energia</b>	<b>11.562</b>	<b>11.417</b>	<b>145</b>	<b>1,3%</b>

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Enel Distribuição Rio no ano de 2019 apresentou um incremento de 145 GWh em relação ao ano de 2018. Este incremento é o efeito combinado de (i) um maior volume de energia transportada para os clientes livres e para revenda no ano de 2019, de 108 GWh e 63 GWh, respectivamente; parcialmente compensado pela (ii) retração observada no mercado cativo da Companhia de 26 GWh. A energia transportada gera uma receita para a Enel Distribuição Rio através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

Venda de Energia no Mercado Cativo*	Em 31 de Dezembro			
	2019	2018	Variação	Var. %
	(GWh)			
Residencial - Convencional	4.649	4.537	112	2,5%
Residencial - Baixa Renda	190	218	(28)	-12,8%
Industrial	226	274	(48)	-17,5%
Comercial	1.914	1.930	(16)	-0,8%
Rural	174	232	(58)	-25,0%
Setor Público	1.368	1.356	12	0,9%
<b>Total - Venda de Energia no Mercado Cativo</b>	<b>8.521</b>	<b>8.547</b>	<b>(26)</b>	<b>-0,3%</b>

O consumo do mercado cativo da Companhia apresentou uma redução de 0,3% no ano de 2019 quando comparado ao ano de 2018. O principal fator que ocasionou essa retração no consumo foi a migração para o mercado livre de clientes industriais e comerciais.

Indicadores Operacionais e de Produtividade*	Em 31 de Dezembro			
	2019	2018	Variação	Var. %
DEC 12 meses (horas)	13,17	14,10	(0,93)	-6,6%
FEC 12 meses (vezes)	8,30	8,13	0,17	2,1%
Perdas de Energia 12 meses (%)	22,38%	21,07%	-	1,31 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	98,20%	97,01%	-	1,19 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	1.442	1.392	49	3,6%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	366	379	(13)	-3,4%
PMSO (1)/Consumidor	293,49	264,62	29	10,6%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	8.020	8.201	(181)	-2,2%

(1) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. O indicador DEC apresentou uma evolução em 2019 em relação a 2018, explicado, principalmente, pela melhoria na qualidade do sistema, resultado dos investimentos em automação e telecomandos realizados nos últimos anos. Já o indicador FEC foi impactado pelos efeitos climatológicos do El niño que atingiu toda a área de concessão da Companhia no primeiro semestre de 2019. Ambos os indicadores estão dentro dos limites exigidos pelo contrato de concessão da Companhia, sendo 17,9 horas para DEC e 10,2 vezes para FEC.

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram 22,38%\* em 2019, um acréscimo de 1,31 p.p. em relação às perdas registradas em 2018, de 21,07%\*. Este aumento é explicado, principalmente, pelo aumento da criminalidade na área de concessão da Companhia em conjunto com a deterioração da economia do estado do Rio de Janeiro.

A Enel Distribuição Rio investiu R\$ 198 milhões\* em adequação à carga e qualidade do sistema no ano de 2019, e R\$ 54 milhões\* no combate às perdas.

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (REGULATÓRIO)

Principais Contas de Resultado e Margens	Em 31 de Dezembro			
	2019	2018	Variação	Var. %
	(R\$ Mil)			
Receita Operacional Bruta	8.977.475	8.303.409	674.066	8,1%
Deduções à Receita Operacional	(3.744.767)	(3.477.774)	(266.993)	7,7%
Receita Operacional Líquida	5.232.708	4.825.635	407.073	8,4%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(4.786.424)	(4.283.184)	(503.240)	11,7%
<b>EBITDA(1)</b>	<b>840.489</b>	<b>912.085</b>	<b>(71.596)</b>	<b>-7,8%</b>
Margem EBITDA	16,06%	18,90%	-	-2,84 p.p
EBIT(2)	446.284	542.451	(96.167)	-17,7%
Margem EBIT	8,53%	11,24%	-	-2,71 p.p
Resultado Financeiro	(199.156)	(436.248)	237.092	-54,3%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(81.426)	(47.335)	(34.091)	72,0%
<b>Lucro Líquido/Prejuízo</b>	<b>165.702</b>	<b>58.868</b>	<b>106.834</b>	<b>&gt;100,0%</b>
Margem Líquida	3,17%	1,22%	-	1,95 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	3,17%	1,22%	-	1,95 p.p
Lucro por Ação (R\$/ação)*	0,99	0,35	0,64	-

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço

### Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Enel Distribuição Rio sofreu um incremento de R\$ 674 milhões em relação ao ano de 2018. Este incremento é o efeito líquido, principalmente, do incremento de R\$ 733,5 milhões associado à Revisão Tarifária Extraordinária de 2019, aplicada a partir de 01 de abril 2019, que aumentou as tarifas dos consumidores da Enel Distribuição Rio em 7,59% em média, parcialmente compensado pela redução do consumo do mercado cativo em 0,3% (8.521 GWh em 2019 versus 8.547 GWh em 2018).

Esses efeitos foram parcialmente compensados pela redução de R\$ 224 milhões em ativos e passivos financeiros setoriais, devido à menor constituição de ativos financeiros regulatórios relativo à compra de energia e outros encargos em conjunto com a maior amortização de CVA (conta de variação da parcela A) relativo à compra de energia.

### Deduções da receita

As deduções da receita em 2019 apresentaram um incremento de R\$ 267 milhões em relação ao ano anterior. Este aumento é o efeito do acréscimo de R\$ 297,2 milhões, resultado, principalmente, do aumento da base de cálculo para estes tributos, em função do incremento observado na receita bruta da Companhia entre os períodos analisados.

Este efeito foi parcialmente compensado pela redução de R\$ 30,2 milhões em encargos setoriais, em razão, principalmente, do fim da vigência da obrigação de pagamento das quotas da CDE – Conta ACR (Ambiente de Contratação Regulada), conforme Resolução Homologatória N° 2.521/2019.

### Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2019 alcançaram R\$ 4,8 bilhões, um incremento de R\$ 503,2 milhões em relação ao ano de 2018. No que se refere aos custos e despesas não-gerenciáveis, houve um aumento de R\$ 261,5 milhões explicado, principalmente, pelo:

- (i) aumento da demanda entre os períodos analisados, o que reflete no incremento de R\$ 211,2 milhões em energia elétrica comprada para revenda e;
- (ii) aumento de R\$ 50,4 milhões em encargos de transmissão, conexão e distribuição, decorrente do incremento na tarifa do custo do uso do sistema de transmissão e da redução no ressarcimento do encargo da CONER – Conta de Energia Reserva.

Em relação aos custos e despesas gerenciáveis, observou-se um incremento de R\$ 241,2 milhões, explicado pelo:

- (i) Incremento de R\$ 15 milhões em Material e Serviços de Terceiros devido ao aumento dos serviços referentes a manutenção da rede elétrica, parcialmente compensado pela finalização de alguns projetos e serviços no primeiro trimestre de 2019, o que gerou o encerramento de alguns contratos de terceiros.
- (ii) Incremento de R\$ 24,6 milhões em Depreciação e Amortização em decorrência do (i) aumento da base de ativos, reflexo de maior volume de investimentos realizados ao longo do último ano; e de (ii) ajuste referente a ativos financeiros indenizáveis não reconhecidos pela Aneel, os quais foram transferidos para ativo intangível da concessão. Com isso foi realizado também o ajuste de depreciação desses ativos retroagindo a setembro de 2018.
- (iii) Incremento de R\$ 64,4 milhões na Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas decorrente de (i) reavaliação de alguns processos cíveis, cuja avaliação de risco passou de possível/remoto para provável; e do (ii) ingresso de novas contingências cíveis, envolvendo demandas judiciais relativas à rede elétrica e ao de fornecimento de energia.

Esse efeito foi parcialmente compensado por:

- (iv) Redução de R\$ 21,2 milhões em Outras receitas/despesas operacionais decorrente, principalmente, de (i) reclassificação das despesas dos arrendamentos mercantis operacionais, as quais eram registrados como outras despesas operacionais e passaram a ser registradas como amortização do direito de uso; (ii) redução no custo com sistemas compartilhados e (iii) redução de despesas com ajustes de diferenças identificadas em inventário.

### EBITDA e Margem EBITDA

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Companhia atingiu o montante de R\$ 840,5 milhões no ano de 2019, o que representa uma redução de R\$ 71,6 milhões em relação ao ano de 2018, cujo montante foi de R\$ 912 milhões.

De acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, a divulgação do cálculo do EBITDA e do EBIT deve ser acompanhada da conciliação dos valores que os compõem, constantes das demonstrações contábeis da companhia. Segue abaixo a conciliação dos cálculos acima citados:

Conciliação do EBITDA e do EBIT	Em 31 de Dezembro			Var. %
	2019	2018	Varição	
	(R\$ Mil)			
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>165.702</b>	<b>58.868</b>	<b>106.834</b>	<b>&gt;100,0%</b>
(+) Tributo sobre o Lucro	81.426	47.335	34.091	72,0%
(+) Resultado Financeiro	199.156	436.248	(237.092)	-54,3%
<b>(=) EBIT</b>	<b>446.284</b>	<b>542.451</b>	<b>(96.167)</b>	<b>-17,7%</b>
(+) Depreciações e Amortizações	394.205	369.634	24.571	6,6%
<b>(=) EBITDA</b>	<b>840.489</b>	<b>912.085</b>	<b>(71.596)</b>	<b>-7,8%</b>

### Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas da Enel Distribuição Rio encerraram o exercício de 2019 em R\$ 199,2 milhões, uma redução de R\$ 237 milhões em relação ao ano anterior. Esta redução é o efeito líquido das seguintes variações:

- (i) Renda de Aplicação Financeira (incremento de R\$ 9,3 milhões): em função de maior volume de caixa médio aplicado entre os períodos analisados.
- (ii) Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes (incremento de R\$ 10,9 milhões): decorrente de maior efetividade nas ações de negociação e cobrança aos clientes.
- (iii) Variações monetárias de ativos financeiros setoriais (incremento em R\$ 25,3 milhões): decorrente de maior saldo médio de ativos financeiros setoriais líquido entre os períodos analisados.
- (iv) Ganho disputa judicial Furnas (incremento de R\$ 103,6 milhões): em decorrência de uma decisão judicial favorável à Companhia referente a nulidade das Portarias DNAE nºs. 36, 37, 40, 49 e 75, de 1986, as quais estabeleciam novas tarifas para Furnas e novas tarifas de repasse para Itaipu. Essas portarias violaram os Decretos-Lei nºs. 2.283 e 2.284, de 27 de fevereiro de 1986 e 10 de março de 1986, respectivamente, que instituíram congelamento de preços no âmbito do então Plano Cruzado.

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- (v) Custo pré-pagamento BNDES (incremento de R\$ 28 milhões): devido ao pagamento antecipado das operações de repasse do BNDES contraídas em 2011, 2014 e 2017 com o objetivo de otimizar gastos financeiros. O diferencial de custos entre a nova operação realizada e as operações pagas antecipadamente absorverá esse custo de pré-pagamento, assegurando benefícios econômicos para a companhia no futuro.

### Tributos e Outros

O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) registraram um incremento de R\$ 45 milhões em relação ao ano de 2018. Esta variação decorre, principalmente, do aumento da base de cálculo desses tributos.

### Lucro Líquido e Margem Líquida

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Enel Distribuição Rio registrou em 2019 um lucro de R\$ 165,7 milhões, R\$ 106,8 milhões superior ao registrado no ano de 2018, cujo montante foi de R\$ 58,9 milhões.

## 5 ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ

Indicadores de Endividamento	Em 31 de Dezembro			Var. %
	2019	2018	Variação	
	(R\$ Mil)			
Dívida Bruta (R\$ mil)	3.858.060	3.512.816	345.244	9,8%
Dívida com Terceiros	2.868.104	2.489.363	378.741	15,2%
Dívida Intercompany	989.956	1.023.453	(33.497)	-3,3%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	409.320	348.853	60.467	17,3%
<b>Dívida Líquida (R\$ mil)</b>	<b>3.448.740</b>	<b>3.163.963</b>	<b>284.777</b>	<b>9,0%</b>
Dívida Bruta / EBITDA(1)*	3,64	3,75	(0,1)	-
Dívida Líquida / EBITDA(1)*	3,25	3,38	(0,1)	-
Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)	0,51	0,50	0,01	-
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	0,49	0,48	0,01	-

A dívida bruta da Companhia aumentou R\$ 345 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente por: (i) captações de debentures em torno de R\$ 1.000 bilhão, (ii) captações bancárias em cerca de R\$ 600 milhões, (iii) provisão de encargos e variações monetária de R\$ 302 milhões; compensados, por (iv) amortizações em torno de R\$ 1.327 bilhão, e pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 227 milhões ocorridos entre os períodos.

A Enel Distribuição Rio encerrou o ano 2019 com o custo médio da dívida em 8,58% a.a. \*, ou CDI + 2,49% a.a. Desconsiderando o custo de pré-pagamento das operações de repasse do BNDES, o custo da Companhia teria sido de 7,83% equivalente a CDI + 1,79% a.a.

### Classificação de Riscos (Rating)

Em 18 de setembro de 2019, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável. Foram reafirmados também os ratings AAA (bra) atribuídos às 9ª e 10ª emissões de debentures da Companhia.

\* Valores não auditados pelos auditores independentes  
\* Valores não auditados pelos auditores independentes

### Colchão de Liquidez\*

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro, imediatamente disponíveis por meio de contratos firmados com bancos de primeira linha no valor de R\$ 180 milhões. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua controladora Enel Brasil aprovados pela Aneel até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 1.700 bilhão, dos quais, em 31 de dezembro de 2019, estavam disponíveis o montante de R\$ 721 milhões.

Das dívidas classificadas no curto prazo, o montante de R\$ 990 milhões refere-se a crédito com a controladora Enel Brasil cuja exigibilidade é flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

### Índices Financeiros - Covenants

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 16 e 17 das Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2019, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2019. Segue abaixo o cálculo do *covenant* financeiro exigido nas debêntures de emissão da Enel Distribuição Rio (9ª e 10ª emissão).

Cálculo dos Indicadores Financeiros*		2019
Lucro (prejuízo) Líquido		279.258
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro		(143.342)
(-) Resultado Financeiro		(220.700)
(-) Provisões para Contingências		(103.546)
(-) Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa		(126.391)
(-) Depreciação e Amortização		(417.073)
<b>EBITDA 12 Meses</b>		<b>1.290.310</b>
Empréstimos e Financiamentos		1.253.571
Debêntures		1.614.533
Mútuos com partes relacionadas (não subordinados)		793.927
(-) Caixa e Equivalente de Caixa		303.062
(-) Aplicações Financeiras		106.258
(-) Depósito em garantias de financiamento		-
<b>Dívida Financeira Líquida</b>		<b>3.252.711</b>
<b>Covenant Financeiro</b>		
<b>Dívida Fin. Líquida/EBITDA - Limite Máx. 3,50</b>		<b>2,52</b>

## 6 INVESTIMENTOS

Investimentos	Em 31 de Dezembro			
	2019	2018	Variação	Var. %
	(R\$ Mil)			
Novas Conexões	271.711	239.260	32.451	13,6%
Rede	252.477	269.797	(17.320)	-6,4%
Combate às Perdas	54.427	49.357	5.070	10,3%
Qualidade do Sistema Elétrico	190.924	163.813	27.111	16,5%
Adequação à carga	7.126	56.627	(49.501)	-87,4%
Outros	200.302	164.574	35.728	21,7%
Variação de Estoque	(11.414)	653	(12.068)	<-100,0%
<b>Total Investido</b>	<b>713.076</b>	<b>674.285</b>	<b>38.791</b>	<b>5,8%</b>
Aportes / Subsídios	(3.166)	(27.252)	24.087	-88,4%
<b>Investimento Líquido</b>	<b>709.910</b>	<b>647.033</b>	<b>62.878</b>	<b>9,7%</b>

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

Os investimentos realizados pela Companhia em 2019 alcançaram R\$ 713 milhões. O maior volume foi direcionado aos investimentos em Novas conexões (R\$ 272 milhões), qualidade do sistema (R\$ 191 milhões) e outros investimentos, tais como manutenção corretiva (R\$ 100 milhões) e melhorias tecnológicas (R\$ 66 milhões).

Excluindo os aportes e subsídios, os investimentos líquidos realizados pela Enel Distribuição Rio atingiram R\$ 710 milhões em 2019.

A Enel Distribuição Rio mantém a sustentabilidade em sua estratégia, integrando o plano industrial com o seu plano de sustentabilidade. Desta forma, envolve todas as áreas da companhia para desenvolvimento sustentável do negócio e da sociedade. Seu planejamento estratégico é executado a partir das perspectivas dos principais públicos de relacionamento: acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e fornecedores e possui objetivos, metas e indicadores monitorados nas diversas áreas da empresa, em alinhamento com os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). As empresas Enel têm metas diretas para seis deles: Educação de Qualidade (ODS 4); Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

O programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso irregular de energia. Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, agregar ferramentas para melhoria da qualidade da educação de crianças e jovens, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades também são foco de sua atuação. A Enel Distribuição Rio conta com diversos projetos, todos apoiados pelo Enel Compartilha Liderança em Rede que, em 2019, atuou com 200 líderes comunitários de modo a facilitar o entendimento das necessidades e expectativas locais para o desenvolvimento dos projetos e em parceria estratégica com as áreas de gestão de perdas, cobranças e mercado.

Os 42 projetos desenvolvidos na Enel Distribuição Rio em 2019 beneficiaram mais de 323 mil pessoas, com um investimento de R\$ 24 milhões. Também foram gerados cerca de R\$ 1,6 milhão em renda extra para as comunidades por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. Entre os projetos realizados, destacam-se:

**Ecoenel:** é um projeto de eficiência energética que promove a troca de resíduos recicláveis por descontos na conta de energia. O projeto encerrou o ciclo de 2019 com 95 ecopontos ativos, 1.595 toneladas de resíduos arrecadados e mais de R\$ 733 mil em bônus na forma de desconto na conta de energia. Através da reciclagem dos resíduos recebidos, foram economizados mais de 7 milhões de KWH em energia e foi evitada a emissão de cerca de 4.620 toneladas de CO<sup>2</sup>.

**Luz Solidária:** O programa Luz Solidária Enel é uma iniciativa voltada ao uso inteligente e eficiente da energia elétrica, por meio de descontos de 50% na compra de equipamentos mais eficientes. Além de estimular a cultura do consumo consciente e da preservação ambiental, por meio da troca de eletrodomésticos usados por equipamentos novos e econômicos, o Luz Solidária Enel viabiliza projetos sociais voltados para a geração de renda, capacitação, meio ambiente e direitos humanos. Em 2019, foram distribuídos aos clientes cerca de R\$ 3 milhões em bônus para aquisição de eletrodomésticos eficientes em lojas do varejo e 16 projetos sociais foram acompanhados durante o ano. Entre campanha de vendas e ações na comunidade, foram beneficiadas 5.173 pessoas.

**Chamada Pública de Projetos de Eficiência:** é um instrumento de seleção de projetos de Eficiência Energética para clientes principalmente dos setores comercial e público e ocorre de acordo com os requisitos determinados pela ANEEL. Em 2019, foram inaugurados nove projetos de eficiência nos municípios de Niterói, Angra dos Reis, Petrópolis, Rio das Ostras, Campos dos Goytacazes e Itaperuna que beneficiaram hospitais, instituições de ensino e entidades filantrópicas. Tais ações possibilitaram uma economia na ordem de 2,43 GWh/ano através da substituição de lâmpadas, aparelhos de ar condicionado e instalações de painéis solares nestas instituições.

**Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”:** Lançado em 2015, com o objetivo de criar e difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor, o programa que engajou 685 colaboradores promove ações focadas na transformação dos espaços, dos processos e das pessoas na empresa. Temas como direitos humanos, diversidade, educação financeira, ética, voluntariado e cuidados com o meio ambiente, foram abordados nas atividades distribuídas entre os pilares Ser Humano, Ser Social, Ser Ambiental e Ser Econômico.

### Sustentabilidade e Inovação

**Guia EXAME de Sustentabilidade 2019** – Eleita em 2018 como a empresa mais sustentável do Brasil. Em 2019, pelo 5º ano consecutivo, a Enel foi uma das melhores empresas de Energia em Sustentabilidade pelo Guia EXAME de Sustentabilidade, e a mais sustentável do Brasil em Direitos Humanos. A publicação destacou o programa de *Due Diligence* de Direitos Humanos, que abrange temas como condições de trabalho, diversidade, saúde e segurança, além de questões ambientais. Nesta edição, foram 229 companhias inscritas.

**Prêmio ODS Pacto Global** - A Enel Brasil foi reconhecida com o Prêmio ODS Pacto Global, na categoria Prosperidade, pelo programa Enel Compartilha Empreendedorismo. O case da Enel foi um dos 13 vencedores dentre os 800 projetos inscritos. O Prêmio ODS da Rede Brasil do Pacto Global reconhece práticas empresariais e de ensino que contribuam para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

**Empresa Pró-Ética 2018/2019** – A Enel conquistou, pela 3ª vez consecutiva, o reconhecimento Empresa Pró-Ética do Governo Federal. O Pró-Ética é uma iniciativa realizada por meio da Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia empresas em relação à prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio. A edição contou com a participação de 373 empresas de todos os portes e de diversos ramos de atuação. Após o processo de avaliação, 26 empresas foram aprovadas e reconhecidas como Empresa Pró-Ética 2018-2019.

**Prêmio Nacional de Inovação** – O Prêmio Nacional de Inovação é o principal reconhecimento no Brasil para promoção da Inovação no setor empresarial. O prêmio se divide em cinco modalidades de acordo com o faturamento das participantes e nas categorias: Gestão da Inovação, Inovação de Produto, Inovação em Processo, Inovação Organizacional e Inovação em Marketing. Nesta edição, a Enel no Brasil venceu a categoria 'Inovação em Marketing'.

**Prêmio Valor Inovação** – A Enel Brasil ficou em 1º lugar na Categoria Energia Elétrica. A pesquisa elegeu 150 empresas e se baseou em cinco pilares: Intenção (estratégia, visão, cultura e valores), Esforço (recursos, processos, estruturas), Resultado, Citações (reconhecimento do mercado) e Patente (registro de conhecimento).

**Prêmio Whow 2019** – Whow! é o festival de inovação para negócios realizado no Brasil pela 100 Open Startups. Reúne executivos, startups e investidores para cocriar soluções para os verdadeiros desafios da sociedade. A Enel ficou na 2ª posição no setor de energia e *utilities* e 29º do Ranking Geral pelo engajamento e relacionamento com startups.

**Empresa Amiga da Criança** – A Enel Brasil recebeu pelo 4º ano consecutivo o selo concedido pela Fundação Abrinq em reconhecimento ao engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva e às políticas internas, que incentivam o ingresso de jovens no mercado de trabalho de forma protegida e respeitando a Lei da Aprendizagem.

### Pessoas

**Prêmio WEPs Brasil 2019** – A primeira participação da Enel no Prêmio WEPs Brasil 2019 – Empresas Empoderando Mulheres já garantiu o reconhecimento prata da companhia entre as Empresas de Grande Porte. A iniciativa tem o propósito de incentivar e reconhecer os esforços das empresas que promovem a cultura da equidade de gênero e o empoderamento da mulher no País, e é reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU). A edição contou com 181 empresas inscritas e 61 vencedoras.

**Prêmio GPTW Rio de Janeiro 2019** – A Enel Distribuição Rio foi eleita a 9ª melhor empresa para se trabalhar. O prêmio é referência internacional no mundo corporativo, sendo um dos mais importantes e valorizados do País. O ranking aponta empresas que são referência em temas de Recursos Humanos e demais temas envolvidos na construção de um bom ambiente de trabalho.

**Prêmio Nacional de Qualidade de Vida** – A Enel foi uma das vencedoras da premiação que promove o reconhecimento de empresas que possuem práticas de excelência e obtêm êxito na melhoria da saúde, bem-estar e qualidade de vida de seus colaboradores.

**Prêmio Top Employer** – A abrangente e independente pesquisa revelou que Enel Brasil oferece condições de trabalho excelentes, promove e desenvolve o talento de todos os níveis da empresa, e demonstrou que é líder no ambiente de RH, esforçando-se para melhorar continuamente as suas práticas de RH e se desenvolver, sempre.

### 9 RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia firmou contrato com a BDO RCS Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Contábeis Anuais, revisões das suas informações trimestrais e a certificação dos valores apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias (DCR) para um período de 1 (um) ano, assim como contratou serviços de procedimentos previamente acordados para atender ao Despacho nº 514, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, relativo ao Relatório de Controle Patrimonial - RCP.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Enel quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria com o auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

### 10 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva	
Cargo	Diretores
Diretor Presidente	Artur Manuel Tavares Resende
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Júlia Freitas de Alcântara Nunes
Diretor de Recursos Humanos e Organização	Vago
Diretor de Relações Institucionais	José Nunes de Almeida Neto
Diretora de Comunicação	Janaina Savino Vilella Carro
Diretor(a) de Regulação	Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora Jurídica	Cristine de Magalhães Marcondes
Diretora de Compras	Margot Frota Cohn Pires
Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle	Júlia Freitas de Alcântara Nunes
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes	Artur Manuel Tavares Resende
Diretor de Planejamento e Engenharia	Fernando Andrade
Diretora de Mercado	Márcia Sandra Roque Vieira Silva

### Conselho de Administração

Cargo	Conselheiros
Presidente	Mário Fernando de Melo Santos
Vice-Presidente	Nicola Cotugno
Conselheiro Efetivo	Márcia Sandra Roque Vieira Silva
Conselheiro Efetivo	Guilherme Gomes Lencastre
Conselheiro Efetivo	Anna Paula Hiotte Pacheco
Conselheiro Efetivo	Otacílio de Souza Junior
Conselheiro Suplente	Alain Rosolino
Conselheiro Suplente	José Nunes de Almeida Neto
Conselheiro Suplente	Michelle Rodrigues Nogueira
Conselheiro Suplente	Marcia Massotti Carvalho
Conselheiro Suplente	Cristine de Magalhães Marcondes
Conselheiro Suplente	Luiz Carlos Franco Campos

### Relações com Investidores

Daniel Spencer Pioner

### Contador Responsável

Renato Resende Paes – CRC SP308201